



Departamento de Economia Política

O Desenvolvimento Local e a Imigração Cabo-verdiana: um olhar sobre a comunidade da Cova da Moura

Maria Livramento Carvalho

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais: Análise e Gestão

Orientador:

Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado do ISCTE-IUL

Outubro, 2010

DEDICATÓRIA

A Deus, por ter me dado o maior presente de sempre, a vida.

Aos meus pais, Heitor Carvalho em memoria, pelo legado transmitido e Angelina Tavares pelo suor derramado, dedicação e esforço incondicional em prol da minha educação.

Aos meus irmãos que muito contribuíram para que eu chegasse onde cheguei. Agradeço pelo carinho, atenção e apoio na construção da minha felicidade.

Ao Amandio, Dina e Lino pela disponibilidade e apoios precisos.

Ao meu namorado Francisco, pelo seu apoio incalculável e pela sua presença nos momentos de alegria e aflição.

A eles dedico este trabalho com todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor, Doutor Rogério Roque Amaro, pela sua valiosa sugestão. Graças a sua orientação consegui chegar a um bom porto. Como Coordenador do Curso De Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais: Análise e Gestão, agradeço-lhe pela atenção e apoio.

Ao Francisco pela sua ajuda na revisão final, suas sugestões e críticas construtivas ao longo do Curso de Mestrado.

À Bárbara Ferreira pela sua prestigiosa colaboração.

Aos meus Professores pela experiência e conhecimentos transmitidos.

Aos meus colegas de turma pela amizade, companheirismo e colaboração.

Ao Departamento de Economia Política e ao Departamento de Sociologia pelo serviço prestado. Agradeço a Rita e Sofia pela simpatia e paciência no atendimento.

À equipa da Biblioteca particularmente ao Alberto, Paulo, Esperança e Gracinda pela ajuda e colaboração.

Ao Bil pela sua amizade e colaboração em momentos oportunos.

À Teresa Correia do PROACT pela sua simpatia e colaboração.

À Live, Presidente de Associação Cultural Moinho da Juventude pela disponibilidade e apoio.

À Maria João e Heidir Correia da equipa do Projeto “Sabura” pelos documentos fornecidos, pela ajuda nos contactos com os beneficiários do projeto.

Aos entrevistados e à Comunidade da Cova da Moura em Geral por terem facilitado e colaborado comigo nesta investigação.

A todos, meus agradecimentos.

RESUMO

O Desenvolvimento Local e a Imigração Cabo-verdiana: um olhar sobre o Bairro da Cova da Moura é o tema desta investigação a ser apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais: Análise e Gestão.

O desenvolvimento local atingiu o seu auge a partir dos anos 80 e constituiu até hoje uma plataforma fundamental para o desenvolvimento global. Assim, torna-se necessário criar iniciativas locais que promovem o desenvolvimento. Essas iniciativas constituem uma das formas inteligentes de pensar o desenvolvimento global.

Os imigrantes cabo-verdianos, pelas suas origens e características são dinâmicos e capazes de modificar e transformar o ambiente onde estão inseridos. Cova da Moura é um bairro periférico da Área Metropolitana de Lisboa cuja população residente é na sua maioria imigrantes de origem cabo-verdiana. Tendo o bairro como o objecto de estudo desta investigação, pretende-se verificar a contribuição dos imigrantes cabo-verdianos no processo do seu desenvolvimento, através de um projecto denominado “Sabura”, projecto esse elaborado e implementado pela própria comunidade, onde os imigrantes dinamizam o bairro com actividades de diversos sectores de negócio e de carácter sociocultural.

Para a concretização deste estudo, foram entrevistados o responsável do projecto e vinte dos seus beneficiários. Pretende-se saber se as actividades desenvolvidas pelo Projecto “Sabura” contribuem para melhorar as condições de vida da população, com vista a potencializar o desenvolvimento. Nesta linha, foram comparados os trabalhos realizados pelo projecto com o modelo teórico escolhido. Modelo esse, dotado de um conjunto de princípios que devem estar presentes nas iniciativas do desenvolvimento local. Os resultados demonstraram que o projecto obedece a esses princípios considerados mais importantes: satisfação das necessidades; trabalho em parceria; participação da população; processo de transformação e mudança. Respeitante ao primeiro e segundo princípios, há necessidade de se fazer um trabalho mais aprofundado com vista a atingir uma maior qualidade.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: no capítulo I contextualizou-se o tema, no capítulo II trabalhou-se o conceito do desenvolvimento local; a imigração para Portugal foi assunto abordado no III capítulo, e no IV capítulo apresentou-se e analisou-se os resultados das entrevistas.

PALAVRAS-CHAVES: Desenvolvimento; Desenvolvimento Local; Imigração Cabo-verdiana.

ABSTRACT

Local Development and Cape Verdean Immigration: a look at the Cova da Moura is the subject of the research presented as partial requirement for obtaining a degree of Master in Development, Local Diversity and Global Challenges: Analysis and Management.

Local Development reached its peak in the 80s and, to the present, has been a fundamental platform for global development. Thus it has become necessary to foster local initiatives that promote local development. These initiatives are one of the most intelligent ways of thinking about global development.

Given the Cape Verdean immigrants' origins and characteristics, they are dynamic and able to modify and transform the environment wherever they are located. Cova da Moura is a peripheral neighborhood in the Greater Lisbon Metropolitan Area whose resident population is mostly immigrants of Cape Verdean origin. Having this neighborhood as the object of study, this research aims to verify the contribution of the Cape Verdean immigrants in the development process through a project known as "Sabura" which has been developed and implemented by the community itself, where immigrants have provided dynamic activities to the neighborhood in various business sectors and socio-cultural activities.

To complete this study, the head of the project and twenty of its beneficiaries were interviewed. The aim is to establish if the activities of the "Sabura" project have contributed to improving the living conditions of the population and of the community, while enhancing development. To this end work done under the project was compared to a chosen theoretical model which included a set of principles that should be present in the local development initiatives. The results demonstrate that the project obeys these principles: meeting needs; team work; participation of the population; process of transformation and change. With respect to the first and second principles, there is a need to do further work aiming at greater quality.

The work is structured as follows: Chapter I, Conceptualization of the theme, Chapter II developed the concept of local development, Chapter III Immigration to Portugal was the topic and Chapter IV presented and analyzed the results of the interviews.

KEY WORDS: Development, Local Development, Cape Verdean Immigration

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	I
AGRADECIMENTOS.....	II
RESUMO	III
ABSTRACT	IV
CAPÍTULO I.....	7
CONTEXTUALIZAÇÃO.....	7
CAPÍTULO II	13
O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	13
2.1 O conceito do desenvolvimento	13
2.2 Novos conceitos do desenvolvimento	15
a) Desenvolvimento sustentável	16
b) Desenvolvimento local	16
c) Desenvolvimento participativo	16
d) Desenvolvimento humano	17
e) Desenvolvimento social	17
f) Desenvolvimento integrado.....	17
2.3 O conceito do desenvolvimento local.....	18
2.4 Desenvolvimento local: referências teóricas e metodológicas	21
2.4.1 Enfoque territorial e local	21
2.4.2 Comunidade Local	21
2.4.3 Participação e empowerment	22
2.4.4 Parceria	24
2.5 Paradigmas para o desenvolvimento local: funcionalista e territorialista	25
2.5.1 Paradigma funcionalista.....	25
2.5.2 Paradigma territorialista.....	26
2.6 Aproveitamento dos recursos locais como forma de potencializar o desenvolvimento	27
CAPÍTULO III.....	30
IMIGRAÇÃO PARA PORTUGAL.....	30
3.1 Evolução e tendências da imigração em Portugal	30
3.2 Causas e processos da imigração para Portugal	36
3.3 A política do Estado e a imigração	39
3.4 As migrações em Cabo Verde	42

3.5 Os cabo-verdianos em Portugal	43
CAPÍTULO IV	48
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS	48
4.1- O Bairro Alto da Cova da Moura: Um pequeno historial	48
4.3 - O Projecto “Sabura” e a sua contribuição para o desenvolvimento local	55
4.3.1- Actividades desenvolvidas	57
4.3.2 Análise do projecto, na perspectiva do desenvolvimento local	60
CONCLUSÃO	74
ANEXOS	85

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. População Estrangeira com Autorização de Residência (1986-2003)	32
Quadro 2. As cinco nacionalidades mais representativas (1986-2004)	32
Quadro 3. População estrangeira com Autorizações de Permanência, por Nacionalidade (31.12.2003)	33
Quadro 4. Evolução das políticas portuguesas de imigração	41
Quadro 5. População cabo-verdiana residente legalmente em Portugal, 1981-2005	46
Quadro 6. Nº de cabo-verdianos por concelhos da Área Metropolitana de Lisboa	47

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZAÇÃO

A República de Cabo Verde é um arquipélago situado na costa ocidental africana, a cerca de 500 quilómetros a oeste do Senegal. É constituída por 10 ilhas e oito ilhéus, todos de origem vulcânica, totalizando uma superfície terrestre de 4033 km².

Segundo as perspectivas demográficas de 2008, Cabo Verde tem uma população residente a rondar os 500.000 habitantes. País saheliano, tem um clima tropical seco. A sua capital é a Cidade da Praia, situada no extremo sul da ilha de Santiago, a qual concentra cerca de ¼ da população total residente.¹

O país tem um regime parlamentar unicameral, sendo o parlamento o principal centro de poder. Os deputados são eleitos para uma legislatura de cinco anos. O Presidente da República é igualmente eleito por sufrágio secreto, directo e universal, pelo mesmo período.

As ilhas de Cabo Verde têm poucos recursos naturais. Os mais relevantes são agrícolas e a riqueza marinha, sendo que o primeiro é frequentemente afectado pelas secas. O PIB advém, em grande parte, do sector terciário.

Devido à escassez de recursos naturais e à pobreza económica, desde cedo a imigração se converteu na única saída para o povo destas ilhas. A população cabo-verdiana emigrada de 1ª geração deverá rondar os 500.000, número equivalente à população actualmente residente.

Considerando os indivíduos nascidos na diáspora pode contar-se com um número próximo dos 800.000 indivíduos.²

Dados do INE confirmam que, em 2001, cerca de 64.164 imigrantes cabo-verdianos (ou seja, com a nacionalidade cabo-verdiana) residiam em Portugal. Esses imigrantes constituem uma grande reserva de mão-de-obra barata, além de viverem frequentemente em condições bastante precárias e nalguns casos, em riscos ou em situação de exclusão social, discriminação, sofrendo preconceitos e marginalização.

Essas situações tendem a provocar comportamentos desviantes que, de algum modo, afectam negativamente a sociedade portuguesa.

Contudo, pode dizer-se que a imigração cabo-verdiana não trouxe apenas desvantagens para Portugal. Tendo em conta a revista Janus (2001), os imigrantes dos PALOP têm dado um grande contributo no âmbito da construção e obras públicas, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade portuguesa e também para o

¹ Instituto Nacional de Estatística - Cabo Verde.

² Idem

rejuvenescimento da pirâmide demográfica, além dos aspectos culturais que ainda são subaproveitados.

A imigração poderá potenciar ganhos de produtividade, associados a uma maior qualificação da força de trabalho e ao aumento da capacidade de inovação contribuindo, assim, para viabilizar a estratégia de qualificação dos ambientes e tecidos produtivos locais.³

Geralmente, os imigrantes cabo-verdianos em terras estrangeiras, sobretudo na Europa, dedicam-se às actividades de construção civil e aos serviços domésticos e de limpeza. Mesmo considerando a inserção dos imigrantes nessas profissões que, para muitos, não são fonte de prestígio e, para os próprios, muitas vezes se traduzem em empregos social e economicamente precários e com difíceis condições laborais, deve ter-se em conta que, de uma maneira ou de outra, mais directa ou indirectamente, os cabo-verdianos podem contribuir para o desenvolvimento do meio onde estão inseridos. Resta saber em que condições é que os recursos humanos e culturais desta comunidade podem ser melhor aproveitados para uma efectiva promoção do mesmo.

É nesta lógica que esta investigação, intitulada “Desenvolvimento Local e a Imigração Cabo-Verdiana: um olhar sobre a comunidade da Cova da Moura”, procura verificar se as actividades desenvolvidas pelos imigrantes cabo-verdianos, no âmbito do Projecto “Sabura”, contribuem para o desenvolvimento local.

O Projecto “Sabura” é promovido pela “Associação Cabo-verdiana - Moinho da Juventude” e tem como objectivo principal construir e divulgar uma imagem positiva do Bairro da Cova da Moura, dando às pessoas de fora a oportunidade de conhecer as suas mais-valias e a riqueza cultural e potenciando, também, o desenvolvimento das actividades económicas, sociais e culturais ali existentes.

1.1 Justificações da escolha do tema

A justificação pessoal pela escolha da investigação apresentada deve-se ao facto da autora ser cabo-verdiana e acreditar nos trabalhos, nas iniciativas e na(s) criatividade(s) das pessoas que fazem parte da comunidade em questão, particularmente na Cova da Moura, por ser um espaço multicultural que, em muito, representa os desafios da cultura cabo-verdiana em Portugal.

Em termos sociais, este estudo poderá fornecer algumas indicações a ter em conta na melhoria das condições de vida dos imigrantes cabo-verdianos que vivem em condições

³ Fonseca, 2007-Forum Gulbenkian, Imigração: Oportunidade ou Ameaça? Realizado em Março 2006.

difíceis e, nalguns casos, em riscos ou em situação de exclusão social, discriminação, preconceitos e marginalização.

As actividades desenvolvidas pelo Projecto “Sabura” poderão servir de instrumento de sensibilização da população cabo-verdiana, no que diz respeito à mudança de atitudes e comportamentos que prejudicam a vivência das pessoas na comunidade, nomeadamente a venda e o consumo de drogas, a delinquência juvenil, a violência etc. Contribuem igualmente para a valorização cultural e a sensibilização da sociedade em geral, através da divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelos imigrantes na promoção do desenvolvimento local.

Ao nível político, poderá despertar o interesse do Estado e das autoridades governamentais (cabo-verdianas e portuguesas) na criação de novas políticas que facilitem a vida dos imigrantes em termos de integração, de defesa dos seus direitos fundamentais, da criação de um novo regime de vistos, da simplificação do processo de obtenção do título de residência, da sua participação nas actividades cívicas, na melhoria das condições de trabalho, educação, saúde, entre outras.

Cientificamente, a justificação desta abordagem prende-se à existência de (relativamente) poucos trabalhos, livros e artigos publicados sobre o tema. Nesta perspectiva, o trabalho poderá enriquecer a base bibliográfica científica e poderá servir como material de pesquisa para futuros estudantes ou pessoas que tenham interesse em questão.

1.2 Objectivos da investigação

Com este trabalho, pretende-se verificar se o Projecto “Sabura” contribui para o desenvolvimento social e comunitário da localidade da Cova da Moura.

Tem como objectivos específicos:

- Identificar as principais dinâmicas e actividades locais promovidas pelo Projecto “Sabura”;
- Demonstrar de que forma essas dinâmicas e actividades têm contribuído para o desenvolvimento local;
- Estudar a forma como podem ser aproveitadas as actividades do projecto para, progressivamente, desenvolver mais amplamente a Cova da Moura.

1.3 Metodologia

Para alcançar os objectivos delineados, optou-se por uma metodologia qualitativa de carácter intensivo que permitisse efectuar recolhas, descrições, análises e interpretações de informações obtidas sobre o desenvolvimento local e a imigração cabo-verdiana, incidindo concretamente sobre a contribuição do Projecto “Sabura” para o desenvolvimento do bairro em estudo.

Realizou-se pesquisa bibliográfica, seguida de análise documental (livros, artigos de jornais, revistas, documentos electrónicos, etc.), possibilitando, assim, a construção do quadro teórico. A visita ao bairro e o acompanhamento das dinâmicas locais e realização das entrevistas forneceram informações imprescindíveis para o desenvolvimento desta investigação.

A escolha do método de estudo de caso da Cova da Moura foi de extrema importância, visto que, é de se notar que o bairro teve um progresso significativo no seu processo de desenvolvimento, desde a sua criação até aos dias de hoje e, por isso, constitui um exemplo digno de ser destacado e estudado.

É importante frisar que Yin (2005) evidencia três ocorrências nas quais o estudo de caso é aplicado. A primeira é quando o caso em estudo é crítico para se testar uma hipótese ou teoria explicitada. A segunda é quando se está perante um facto novo e exclusivo. E a terceira ocorrência acontece quando o caso é revelador e até então desconhecido.

O mesmo autor garante que o estudo de caso, apesar de ser bastante criticado, constitui um exemplo de pesquisa qualitativa bem sucedida, pois tem proporcionado ricas e criteriosas análises, além da sua valiosa contribuição para a construção da teoria. Daí o sentido da utilização desta técnica para a realização da presente investigação.

O publico alvo deste estudo é constituído por um elemento responsável do projecto “Sabura” e vinte beneficiários distribuídos aleatoriamente por toda a superfície da Cova da Moura. Os beneficiários estão agrupados por áreas de actividades, a saber: restauração (doze); Cabeleireiro (cinco); Mercearia (duas); Agência de viagem (uma);

Foram realizadas entrevistas semidirectivas, com abordagem sobre vários assuntos relacionados com o desenvolvimento local, contribuição do Projecto “Sabura” para a melhoria das condições de vida da população residente.

Duarte (2008); Yin (2005); Stake (2005) e Trigo (2003) recomendam o uso combinado de diferentes técnicas de colecta de dados e/ou informações, destacando a entrevista e a observação directa. Nesta linha, para além das entrevistas realizadas, foram também observadas as dinâmicas e actividades desenvolvidas no bairro.

As entrevistas decorreram da seguinte forma: primeiramente, entrou-se em contacto com a presidente da Associação Cultural “Moinho da Juventude”. Neste primeiro contacto ficou exposta a pretensão da visita, o trabalho que se quer realizar, os seus objectivos e a imprescindível colaboração da sua parte para realização da investigação. Subsequentemente, deu-se o encaminhamento para a área de gestão do Projecto “Sabura”.

Tendo o guião elaborado e aprovado pelo orientador, entrou-se em contacto com a equipa do projecto para acordar a data para a realização das entrevistas. O primeiro contacto da investigadora com os beneficiários foi junto de um elemento que faz parte do projecto, elemento esse residente no bairro e que está em constante contacto com os beneficiários. Este facto facilitou bastante o processo de sensibilização das pessoas para concederem as entrevistas.

A maior parte das entrevistas foi realizada em crioulo, havendo sido previamente dada a escolher a língua a ser utilizada pelos entrevistados. As entrevistas feitas em crioulo foram depois traduzidas para português.

Os entrevistados foram o responsável do Projecto “Sabura” e vinte beneficiários, sendo que dez são da área de restauração, cinco da área de cabeleireiro, duas mercearias, dois “snack-bares” e uma agência de viagens. De entre os beneficiários, doze são do sexo masculino e oito do sexo feminino. São todos de origem cabo-verdiana (três da ilha de Santo Antão, doze da Ilha de Santiago e cinco da ilha do Fogo) e apresentam idades compreendidas entre 24 e 56 anos. Possuem um nível de escolaridade mínimo de 4ª classe e máximo de 12º ano, destacando-se apenas um com formação superior.

A maioria dos entrevistados é residente no bairro. A pequena minoria não-residente escolheu Cova da Moura para instalar os seus negócios ou porque já foi residente, ou por causa dos clientes-alvo (população cabo-verdiana). Tendo entre oito a vinte e sete anos de experiência, muitos deles nem precisaram de uma formação profissional para poderem desenvolver os seus negócios, sendo estes os resultados de muitos anos do exercício da actividade que desempenham e das oportunidades que surgiram no decorrer da vida.

1.4 Organização do estudo

O estudo encontra-se organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo retrata a contextualização do tema em que se fundamenta o estudo, a razão e pertinência da escolha do mesmo, seus objectivos e como está organizado. No segundo capítulo aborda-se a questão do conceito do desenvolvimento, dos novos conceitos de desenvolvimento, do desenvolvimento local destacando, entre as suas referências teóricas e metodológicas, os paradigmas

funcionalista e territorialista. Algumas formas de potenciar o desenvolvimento local são também assuntos aqui tratados.

No terceiro capítulo, foram relevadas questões como a evolução e tendências da imigração em Portugal, causas e processos da imigração para Portugal e alguns aspectos da política do estado relativas à imigração. As migrações em Cabo Verde e os cabo-verdianos em Portugal são assuntos que encerram este capítulo. Em todos eles apresentou-se a argumentação de vários estudiosos da matéria.

No quarto e último capítulo analisou-se a contribuição da imigração cabo-verdiana para o desenvolvimento local da Cova da Moura. Comprova-se essa hipótese a partir das entrevistas realizadas e do enquadramento das informações obtidas nos princípios teóricos do desenvolvimento local considerados mais importantes. Para começar, apresentou-se um pequeno historial da Cova da Moura, referindo-se a criação da Associação Cultural Moinho da Juventude e o nascimento do Projecto “Sabura”. De seguida, analisou-se as actividades do projecto e a sua contribuição para o desenvolvimento.

CAPÍTULO II

O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O objectivo deste capítulo é apresentar o historial do conceito de desenvolvimento desde a II Guerra Mundial até aos nossos dias. Pretende-se analisar os factores que conduziram as mudanças profundas na sociedade e que de certa forma contribuíram para a mudança do próprio conceito de desenvolvimento. Esta análise revela-se de extrema importância, na medida em que servirá de base para compreender outros conceitos que surgiram a partir do conceito do desenvolvimento como o desenvolvimento local, título deste capítulo e o principal objecto de estudo.

Se antes o crescimento económico era imprescindível para o desenvolvimento, hoje o desenvolvimento pode ser considerado como um processo de cariz multi-dimensional, em que o ser humano e o seu bem-estar constituem preocupações fundamentais. Essas transformações no conceito de desenvolvimento fizeram surgir vários conceitos ligados a este, tais como: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento participativo, desenvolvimento humano, desenvolvimento Social, desenvolvimento integrado e desenvolvimento local.

Antes de mais pretende-se definir o conceito de desenvolvimento e os seis novos conceitos. Em relação ao desenvolvimento local será apresentada as suas referências teóricas e metodológicas, para depois tratar os paradigmas do desenvolvimento das localidades (paradigma funcionalista e territorialista). Para terminar, serão discutidas algumas formas de potencializar o desenvolvimento local.

2.1 O conceito do desenvolvimento

No sentido geral, o desenvolvimento pode ser visto como um processo de carácter multi-dimensional, tendo o ser humano como a preocupação central. Abarca questões que dizem respeito a melhoria generalizada das condições de vida do ser humano, tais como o acesso aos meios que asseguram o seu bem-estar, a liberdade cívica e política, a promoção da igualdade de oportunidades, a protecção do ambiente, a melhorias das condições de saúde, educação e emprego, etc.

Segundo Amaro (2003:40), foram vários os factores que influenciaram o nascimento do conceito do desenvolvimento, dentre os quais se destacam os seguintes:

- Independência das antigas colónias europeias;
- Resolução dos “problemas e vícios do subdesenvolvimento”;
- Os desafios da reconstrução Europeia;
- As exigências do confronto Leste/Oeste;
- A afirmação do keynesianismo, como novo paradigma da ciência económica,
- Novas afirmações idealistas saídas da Segunda Guerra Mundial.

As duas principais revoluções, Revolução industrial (a Revolução agrícola, a Revolução comercial, a Revolução dos transportes e das vias de comunicação e a Revolução tecnológica) e a Revolução Francesa (Revolução cultural e filosófica, a Revolução religiosa, a Revolução científica e a Revolução política) marcaram decididamente o nascimento do conceito de desenvolvimento (Amaro, 2003).

Do mesmo modo os onze mitos (economicismo, produtivismo, consumismo, quantitativismo, industrialismo, tecnologismo, racionalismo, urbanicismo, antropocentrismo, etnocentrismo, uniformismo) que estiveram relacionados com a concepção do desenvolvimento nos primeiros trinta anos após a Segunda Guerra Mundial marcam profundamente o nascimento do conceito de desenvolvimento (Amaro, 2003).

No entanto, o desenvolvimento não tem uma definição única e consensual, varia consoante autor, tempo e conjuntura. Assim, os economistas do desenvolvimento consideraram que o crescimento económico era condição necessária para o desenvolvimento, é dele que dependia o bem-estar da população, a todos os níveis. Utilizaram também indicadores do crescimento económico para qualificar o país em matéria de desenvolvimento (Amaro, 2003).

Segundo Amaro (2003), existe outra ideia relacionada com conceito de desenvolvimento que é o conceito da modernização. Neste campo o conceito de desenvolvimento é entendido como processo de substituição das estruturas arcaicas e tradicionais do subdesenvolvimento pelas lógicas modernas e progressistas do desenvolvimento. Esta concepção teve um impacto decisivo nas questões económicas, sociológicas, políticas e psicológicas do desenvolvimento dos primeiros tempos após a segunda Guerra Mundial.

É importante destacar que nos finais dos anos 60 e início dos anos 70 deu-se uma viragem significativa nas abordagens e nas práticas do desenvolvimento, caracterizada por

uma busca constante de novos conceitos e estratégias de desenvolvimento (Amaro, 2003). Cinco factores contribuíram para essa viragem:

- 1) A frustração sentida nos países subdesenvolvidos no que diz respeito às receitas e paradigmas de desenvolvimento que lhes eram impostos;
- 2) O surgimento de sintomas de mal-estar social nos países desenvolvidos;
- 3) A emergência de uma consciência ambiental sobre os problemas do desenvolvimento;
- 4) A crise económica que se estabeleceu nos últimos 30 anos com várias intermitências e anormalidade;
- 5) A proliferação da crise e mal-estares sociais, económicos ambientais e políticos, nos países socialistas.

Esses factores explicam a grande movimentação na procura de novos conceitos de desenvolvimento nos últimos 30 anos e que se traduzem na crise profunda que os conceitos tradicionais de desenvolvimento atravessaram. Em busca de uma renovação do conceito de desenvolvimento surgiram inúmeras denominações em torno deste conceito.

É nesta perspectiva que segundo Amaro (2003:55), foram criados seis (5+1) conceitos de desenvolvimento, cientificamente fundamentados (objectos de investigação) e de reconhecimento institucional e internacional (ONU, Banco Mundial, FMI, OCDE).

2.2 Novos conceitos do desenvolvimento

Continuando com a abordagem dos novos conceitos de desenvolvimento, interessa então esclarecê-los através de uma definição lógica.

- a) Desenvolvimento sustentável,
- b) Desenvolvimento local,
- c) Desenvolvimento participativo,
- d) Desenvolvimento humano,
- e) Desenvolvimento social,
- f) Desenvolvimento integrado.

Esses conceitos estão organizados da seguinte forma: desenvolvimento sustentável, pertence a fileira ambiental; desenvolvimento local e participativo estão enquadrados na fileira das pessoas e comunidades (people-center); desenvolvimento humano e social por sua vez pertencem a fileira da afirmação dos direitos humanos e o desenvolvimento integrado é um conceito transversal a todos esses conceitos.

a) Desenvolvimento sustentável

Visa à satisfação das necessidades actuais sem pôr em causa a satisfação das necessidades das gerações vindouras. Neste tipo de desenvolvimento, conforme esclarece Amaro (2003), estão presentes princípios de solidariedade intergeracional, a integração da gestão dos recursos naturais e a durabilidade dos processos de produção e consumo inerente ao desenvolvimento.

b) Desenvolvimento local

Nasceu nos anos setenta a partir dos trabalhos realizados no terreno pelos técnicos das organizações internacionais e não Governamentais (Nações Unidas). Na tentativa de criar estratégias de desenvolvimento comunitário, cria-se nos anos oitenta uma nova forma teórica e prática de desenvolvimento centrado nas comunidades locais. Pois, pensa-se que este conceito deve ser um conceito de proximidade e de cidadania local (Amaro, 2009).

A noção de Desenvolvimento Local, integra várias dimensões, espaciais, económicas, sociais, culturais e políticas que, por meio do seu conjunto dinâmico, podem produzir uma prosperidade sólida e durável que não se reduz a taxa de crescimento do PIB.

O aperfeiçoamento dos efeitos de aglomeração, a execução de programas de criação de emprego e renda, a ajuda à modernização do sector empresarial, os esforços feitos para elevar o nível de qualificações e de competências, a edificação do território por um conjunto de organizações e de serviços, a criação de instrumentos institucionais visando adaptar as mudanças e antecipar os problemas e desafios, são alguns dos elementos cobiçáveis no processo do desenvolvimento local.⁴ Este conceito será desenvolvido no ponto 2.3.

c) Desenvolvimento participativo

Surgiu nos anos 80 pelos principais organismos internacionais como OCDE, Banco Mundial, etc. Esta concepção de desenvolvimento inclui não só a satisfação das necessidades dos indivíduos, mas também os seus processos participativos, de cidadania e de reforço de competências ou de *empowerment*.⁵

⁴ Fauré, 2005.

⁵ Amaro, 2009.

d) Desenvolvimento humano

Foi enunciado pela primeira vez no relatório do desenvolvimento humano do PNUD⁶. Este conceito visa o aumento das opções dos indivíduos e grupos como forma de satisfazerem não só as suas necessidades básicas, mas também aumentarem a sua segurança pessoal e a atingirem um nível de vida digno em vários domínios (saúde, educação, bem-estar material, cultural etc.). É um modelo que permite as pessoas levarem uma vida mais longa e saudável sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras (Amaro 2003:58).

e) Desenvolvimento social

Foi apresentado em 1995 em Copenhaga. Parte do princípio de que o desenvolvimento tem de ter também alguns compromissos políticos que garantam o bem-estar das populações. Este conceito define os objectivos do Milénio e do compromisso internacional (Amaro, 2009).

f) Desenvolvimento integrado

Segundo Amaro (2009), o conceito de desenvolvimento integrado nasceu na década de 60. Defende que o desenvolvimento deve integrar uma visão sistémica, holística e integrada de todo o processo. A título de exemplo, cita-se o desenvolvimento local que aproxima o desenvolvimento das pessoas, criando-lhes proximidades e dando-lhes oportunidade de serem tantos actores como beneficiários. Sendo assim, em cada situação, em particular, há efeitos de inovação e criatividade (Amaro, 2009).

É importante frisar que os seis novos conceitos de desenvolvimento trouxeram um valor indispensável em relação às concepções tradicionais do desenvolvimento. Essas contribuições segundo afirma Amaro, traduzem-se no seguinte: no carácter multidimensional do desenvolvimento; na mudança do enfoque de necessidades para a realização das capacidades das pessoas; na sua íntima ligação com o conceito e os processos de cidadania; na nova relação com a natureza, na redefinição das bases territoriais; na associação a múltiplos protagonistas e na extraordinária diversidade dos caminhos propostos por estes novos conceitos.

O conceito de desenvolvimento local será abordado, de seguida, com maior profundidade por constituir o foco principal deste estudo.

⁶ Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento.

2.3 O conceito do desenvolvimento local

Segundo Amaro (2001), a partir dos anos 70 começou-se a falar pela primeira vez de desenvolvimento comunitário. É um desenvolvimento que começa a partir das regiões, das comunidades e dos grupos mais desfavorecidos. Esta visão do desenvolvimento local vai desembocar num conceito extremamente importante, que é o conceito de desenvolvimento humano.

Se antes da década de 70 as questões do desenvolvimento eram vistas de uma forma mais geral, ou seja, o desenvolvimento pode acontecer do geral para o particular, já a partir desta data as coisas passaram a ser vistas no sentido contrário, isto é, do particular para o geral. É a partir das pequenas comunidades constituídas por grupos mais vulneráveis que o processo de desenvolvimento deve-se iniciar.

O conceito de desenvolvimento humano foi referido pela primeira vez em 1990, no relatório das Nações Unidas para o desenvolvimento e foi evoluindo com acréscimo de novos elementos idênticos às expressões do desenvolvimento local. É notório que actualmente fala-se cada vez mais da igualdade de oportunidades, da cidadania, da necessidade da participação, da democracia participativa e também das questões que dizem respeito às necessidades básicas, como a educação, a saúde e o bem-estar material (Amaro 2001).

O conceito do desenvolvimento humano veio inovar o conceito do desenvolvimento, pois o bem-estar do ser humano não depende apenas da satisfação das necessidades económicas e financeiras. As questões como o exercício da cidadania e a participação constituem elementos fundamentais para o desenvolvimento.

O mesmo autor afirma que nos anos 70 foram feitas muitas críticas que puseram em causa o conceito de desenvolvimento, isto é, a crítica dos recursos e da sua gestão, e a crítica das questões ambientais e ecológicas. Para ele nem sempre esta dimensão está expressa no desenvolvimento local, todavia nutriu a abertura de brechas no conceito de desenvolvimento por onde, posteriormente, se influiu o conceito de desenvolvimento local.

É importante referir a contribuição dada pelo economista François Perroux desde os anos 50. Perroux chamou atenção para a necessidade de diferenciar o desenvolvimento focado no dinheiro e também nos homens. Esta contribuição também foi importante na medida em que influenciou em termos filosóficos o conceito de desenvolvimento local (Amaro, 2001).

Na opinião de Amaro, outra contribuição que vale a pena ser referida é a do desenvolvimento participativo, resultado dos trabalhos realizados no terreno por parte das ONG (Organizações não Governamentais).

Pode dizer-se que desde os anos 70, particularmente, em África, na América Latina, e na Ásia, e em algumas outras regiões do mundo tiveram oportunidade de experimentar diversas fórmulas de dar respostas às necessidades das populações que não só levando os recursos do exterior, que não só levando os conhecimentos técnicos do exterior mas, pelo contrário, partindo das capacidades existentes a nível locais.

É a partir daí que emerge o conceito de desenvolvimento participativo ou então desenvolvimento fundamentado na ideia de empowerment que é uma palavra de origem inglesa muito próxima ao conceito de capacitação e do aumento de intervenção e participação da cidadania.

Esta experiência foi vivida em Quénia nos anos 70 e também no Bangladesh e Tailândia e com a teorização feita por uma organização sueca (Amaro, 2001). Todos esses acontecimentos que ocorreram durante os anos 70 e 80 constituíram alicerces que deram origem ao surgimento do conceito de desenvolvimento local.

Todas essas experiências realizadas em diferentes países e todas as contribuições dadas pelos diferentes teóricos do desenvolvimento são inovadoras e constituíram verdadeiros motores que impulsionaram o desenvolvimento.

Para Amaro (2001), o desenvolvimento local resulta do ponto de encontro de dois acontecimentos: o grito da cidadania no que tange às críticas, aos péssimos resultados do ponto de vista social e ambiental que o desenvolvimento provocou ao longo do tempo e também face ao incrédulo no que se refere aos modelos políticos em vigor, a tal democracia, que não é participativa mas apenas representativa. Ou seja, é o resultado de todos esses factos e das utopias construídas nos anos 60 e 70.

Já para Velez (2001), o desenvolvimento local é uma maneira de modificar a forma como pensamos, agimos e convivemos em sociedade aproveitando a experiência do passado, mas construindo o presente como soluções inovadoras e adaptadas aos contextos locais e, sobretudo, com a preocupação presente de não transformar os projectos em ilhas, nem perpetuar a marginalização ou exclusão, antes privilegiar a conquista de direitos e relação de parceria.

Segundo Frantz (2003), um verdadeiro desenvolvimento consiste na construção das condições de vida social pelas próprias acções dos homens. Assim, no processo do desenvolvimento local é indispensável o reconhecimento da multiplicidade das potencialidades humanas.

O ponto de encontro entre esses teóricos em relação ao desenvolvimento local encontra-se justamente nas questões relacionadas com o exercício da cidadania, as questões

ambientais, a democracia participativa, a transformação e modificação social e envolvimento da população na construção das suas próprias condições de vida.

Falando um pouco do desenvolvimento local em Portugal, Amaro (2001) afirma que vários autores foram responsáveis, particularmente os que vivenciem as experiências vinculadas à esquerda ou à extrema-esquerda. Do mesmo modo, também se encontra nos protagonismos dos anos 80 uma forte influência dos movimentos de acção católica vinculados aos operários.

Nos anos mais próximos, uma nova geração dos actores do desenvolvimento local, estes jovens conforme referiu Amaro, talvez enfadados do congestionamento urbano, do “yupismo” dos anos 80. Portanto, é um pouco na junção destas três correntes que estão os protagonistas do desenvolvimento local em Portugal e outros pontos do planeta.

Outra contribuição também digna de registo é o percurso teórico, académico, que em relação aos conceitos de desenvolvimento regional e à comunidade académica foi realizando, pondo em causa a ideia de que o desenvolvimento surge de pólos agrupados e irradia a partir daí para todos os lugares. Numa posição oposta, acredita-se que o desenvolvimento deve partir de baixo para cima. Amaro é de opinião que essa visão teórica não pode ser desprezada, na medida em que foi não só importantíssima nos anos 70, mas também um cruzamento em termos do desenvolvimento local do ponto de vista das práticas e da reflexão teórica.

É de se destacar que de entre as distintas experiências existentes em termos do desenvolvimento local há alguns pontos em comum que sem os quais não se pode falar do desenvolvimento local. Amaro, (1990) considera que existem dez componentes que são estratégicos e orientadores do processo de desenvolvimento local e devem estar presentes em todas as iniciativas de desenvolvimento local.

Assim, de acordo com Amaro (2000: 166- 167), o desenvolvimento local representa:

“Um processo de transformação, de mudança, que recusa a conservação; centrado numa comunidade humana de pequena dimensão, demográfica e geográfica; que parte da existência de necessidade não satisfeita; que se procura responder, antes de mais a partir da mobilização das capacidades locais mas articulando-as com os recursos exógenos numa perspectiva de fertilização mútua, o que implica uma pedagogia e uma metodologia de participação, pressupondo uma dinâmica de empowerment. Assume uma lógica integrada; que prevê um trabalho em parceria, com impacto tendencial em toda a comunidade e, segundo um grande diversidade de caminhos”.

Outro factor não menos importante, mas ainda pouco explorado diz respeito ao papel do Estado. O desenvolvimento local é uma oportunidade para abrir as portas às novas ideias

que é “Estado-parceiro e de “sociedade-providência”, pois considera assim uma melhor forma de trabalhar em sociedade.

2.4 Desenvolvimento local: referências teóricas e metodológicas

Neste ponto pretende-se apresentar referências teóricas e metodológicas que dizem respeito ao desenvolvimento local, trata-se do território e local; comunidade local, participação e empowerment e parceria

2.4.1 Enfoque territorial e local

O enfoque territorial do conceito de desenvolvimento traduz-se no binómio território/local, o qual define um espaço geográfico estruturado e complexo, assente em relações particulares e em modos próprios de comunicação e sociabilidade, onde se interroga as problemáticas e se constroem estratégias de desenvolvimento local.

O local leva-nos inicialmente a uma noção geográfica, em que definimos uma delimitação e proximidade física. Quando se refere a aproximação entre pessoas, a noção geográfica passa a ter um significado sociológico. O espaço geográfico passa a ser um lugar de encontro, de aproximação, de afinidade, de identidade cultural no que diz respeito a valores e comportamentos.

Roque Amaro (2000) defende que o local por si só é um espaço integrado onde tudo está intimamente relacionado, o que pressupõe um trabalho de cooperação, solidariedade e parceria.

Vidal (2005), por sua vez considera que território está na base da governança actual e futura. Não se deve continuar a pensar que províncias e regiões, povos, cidades, representam apenas o espaço de aplicação das políticas determinadas a nível nacional e internacional. Vivemos numa economia e sociedade baseadas cada vez mais em elementos imateriais, nomeadamente o conhecimento, o know-know e a informação são cada vez menos nos factores materiais da produção, os lugares onde esses ingredientes intangíveis podem ser combinados se tornam lugares estratégicos em termos económicos, sociais e políticos.

2.4.2 Comunidade Local

Os conceitos do desenvolvimento local consideram que os processos de desenvolvimento devem ser centrados nas comunidades locais. Sendo assim, surge a

necessidade de esclarecer a compreensão conceitual que se tem por comunidade local. A conceptualização de comunidade vem sendo objecto de reflexão já desde a sociologia clássica, como é exemplo as tipologias da solidariedade mecânica e orgânica de Durkheim.

A comunidade local é entendida como *“uma estrutura parcial da sociedade mais global, caracterizada por aglutinar grupos de pessoas que partilham o território no qual se desenrola o seu quotidiano e partilham igualmente representações colectivas sobre este território que, assim, adquirem valor comunicativo”* (Suttles, 1972, citado em Henriques, 1990:25).

A comunidade local está relacionada a uma “identidade territorial”, percebida como um espaço de interacção de pessoas de pequena escala, que se caracteriza pela reprodução local dos fenómenos de divisão, especialização e conflitos que caracterizam as relações sociais.

Na visão de Henrique (1990), a comunidade diz respeito às relações sociais estabelecidas particularmente entre os indivíduos em que para além dos laços de vizinhança que os unem, encontram-se dependentes uns dos outros por diversos motivos. Cada indivíduo que faz parte da comunidade procura satisfazer não só as próprias necessidades mas também as necessidades colectivas. Para defender os interesses da comunidade o indivíduo deve actuar activamente mobilizando toda a população a participar na implementação de projectos de desenvolvimento comunitário.

2.4.3 Participação e empowerment

A participação é um processo em que os indivíduos e instituições têm interesse legal em exercer influência, participam na tomada de decisões e nas iniciativas de desenvolvimento. O conceito da participação tem dimensões económicas, financeiras, sociais, políticas e culturais (Monteiro, 2008).

Guerra (2002) compara a participação com a responsabilidade colectiva e da assunção de um compromisso estabelecido entre todos os participantes do processo. Assim, entende-se por participação um processo em que pessoas e comunidade tomam consciência dos seus problemas, buscam soluções e participam na tomada de decisões sobre qualquer iniciativa que diz respeito a comunidade.

A participação dá vida aos distintos actores sociais, habilitando-os a terem uma maior capacidade de resposta aos diferentes desafios e problemas complexos da actual sociedade e, gera a mobilização de pessoas para a elaboração de projectos que permitam solucionar

problemas - necessidades por elas sentidas, originando um processo de descentralização governamental, o qual é acompanhado da transferência de recursos e poderes de decisão para órgãos próximos das populações, contribuindo para o processo de empowerment da comunidade (Schiefer, Ulrich, et al., 2006).

A partir dos anos 40 do século XX, verificou-se que tem aumentado a importância da participação de todos os *stakeholders* no processo de definição da mudança. Actualmente, a participação constitui uma condição *sine qua non* para a legislação de uma acção de mudança a qual se pretende que seja viável e duradoura.

A participação deve zelar pelos direitos humanos como a liberdade de expressão e tomada de decisões sobre diversos aspectos. Só assim, é que os problemas do desenvolvimento possam ser vistos de uma forma integral fazendo com que as soluções encontradas sejam as mais adequadas possíveis.

Para PNUD (1997) a participação pode ser explicada de duas maneiras distintas:

- A participação como um meio é um processo onde está patente a cooperação e colaboração entre os indivíduos nas iniciativas de desenvolvimento.
- A participação como um fim manifesta-se através do empowerment das pessoas relativamente à aquisição de competências e assunção de responsabilidades no seu processo de desenvolvimento.

A expressão empowerment é uma palavra Inglesa utilizada para expressar a prática real do poder por parte dos cidadãos. O empowerment permite autorizar, capacitar, ou dar poder sobre algo ou alguém ou para fazer algo. John Friedmann é considerado o defensor do conceito de empowerment na perspectiva do desenvolvimento.

Friedman & Weaver lançaram em 1979, suas ideias acerca do desenvolvimento participativo ou “empowerment”, que se caracteriza por uma organização funcional do poder exercido de baixo. Para Friedman, o empowerment é uma estratégia alternativa à forma tradicional de fomentar o desenvolvimento. Este conceito só é consolidado se houver melhoria das condições de vida da maioria da população excluída (Monteiro, 2008). Segundo Friedman (1996), o empowerment trata de humanizar o sistema e, o seu objectivo a longo prazo, é transformar a sociedade incluindo as estruturas do poder. Trata de um conceito que relaciona as questões de poder político e participação em geral

Friedmann (1996) relaciona o empowerment com o acesso e controlo de três tipos de poderes:

- O social, que é o acesso à base de riqueza produtiva;
- O político, que é o acesso dos indivíduos ao processo de tomada de decisões;

- O psicólogo, entendido no sentido de potencialidade e capacidade individual, muitas vezes é o resultado de uma acção vitoriosa nos domínios social e político, podendo resultar de um trabalho intersubjectivo.

Em relação ao “poder sobre”, o empowerment tem o significado de integrar os indivíduos excluídos do processo de tomada de decisões para dentro deste sistema, dar as pessoas poder de participar em todas as esferas da sociedade.

As metodologias participativas que visam o empowerment de grupos não devem subestimar a complexidade e a tenacidade das estruturas do poder local. É preciso estar atento a multiplicidade de factores que produzem e reproduzem a exclusão e a pobreza.

A participação e o empowerment são binómios fundamentais em projectos de desenvolvimento local, pois representam formas de organizar e controlar os recursos, que garantam a sustentabilidade da acção (Monteiro, 2008).

2.4.4 Parceria

Define-se a parceria como um processo de acção conjunta entre diversos actores e protagonistas, individuais e colectivos, que se mobilizam para atingir objectivos comuns, e que dispõem e partilham recursos para, de maneira articulada, determinarem e negociarem estratégias e caminhos para a implementação de acções que viabilizem esses objectivos, avaliando continuamente e conjuntamente os seus procedimentos e resultados.

As parcerias criadas com a reestruturação das relações do Estado e da sociedade, tornaram-se um meio de mobilização dos actores locais e possibilitam intervenções mais inovadoras e com partilha de recursos. Actualmente, a parceria é uma condição fundamental na dinamização de processos de desenvolvimento local em meio rural.

Segundo Butterfoss, Godman & Wandersman (1993); Bond & Keys (1993); Allen (2005); Wolf (2006), entre outros (citado por Guerreiro, 2008), as parcerias que tendem a ser mais eficazes são as que contêm elementos como: a abrangência; a flexibilidade e orientações para respostas concretas; a promoção da ligação à comunidade o desenvolvimento do empowerment comunitário; a diversidade da comunidade; a inovação; a gestão da divergência e do conflito; a orientação para resultados preventivos e reactivos; e o desenvolvimento de sistemas de avaliação colaborativa (Guerra, 2008).

Nesta perspectiva, as parcerias são melhores meios para a implementação, construção e promoção de acções de desenvolvimento local, pois para além de poder mobilizar diversos

sectores da comunidade facilita uma troca mútua de conhecimentos e experiências entre os envolvidos no processo.

2.5 Paradigmas para o desenvolvimento local: funcionalista e territorialista

Para tratar este ponto será apresentada a ideia das duas grandes teorias do desenvolvimento local: funcionalista e territorialista.

2.5.1 Paradigma funcionalista

Este paradigma tem os seus fundamentos teóricos intimamente ligados ao pensamento neoclássico e ao binómio crescimento equilibrado versus crescimento desequilibrado. Este paradigma pressupõe que o desenvolvimento se desencadeia inicialmente apenas em alguns sectores e áreas geográficas e que, mais tarde, se espalha a todos os sectores e a todo o sistema espacial.

A teoria neoclássica pressupõe que a população não tem capacidade para resolver o problema da satisfação das suas próprias necessidades, ou seja, que não saberá alcançar um grau crescente de “bem-estar” através do seu próprio trabalho e do uso dos seus recursos.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento é entendido como uma evolução do sistema produtivo que se torna mais competitivo e eficiente através do progresso tecnológico e de maior acumulação de capital que, por sua vez, permite uma melhor satisfação das necessidades materiais (Pinho 2007). Admite-se ainda que a satisfação das necessidades humanas decorram de comportamentos individuais associados ao consumo. Os seus objectivos e processos são pensados, basicamente, em termos económicos.

O subdesenvolvimento explica-se quando houver obstáculos ou problemas que dificultam o acesso quer aos mercados, quer aos factores produtivos. Se o crescimento económico não é suficientemente rápido em algumas áreas, este facto é atribuído à existência destes obstáculos ao desenvolvimento. Esta ideia enraíza na convicção de que os países em desenvolvimento são exemplos “infantis” ou “desviantes” da experiência ocidental e podem ser estudados como afastamentos a uma “norma” (Bersnstein, 1979).

O paradigma funcionalista atribui grande importância aos grandes projectos de investimento, ao desenvolvimento industrial e urbano, ao aproveitamento das economias externas e de escala, à utilização de tecnologias avançadas, ao aumento das escalas das organizações públicas e privadas de forma a facilitar a transmissão do desenvolvimento para mecanismos redistributivos de grande escala e para a diminuição das barreiras económicas,

sociais, culturais, políticas e institucionais que possam impedir a transmissão dos efeitos entre as diferentes unidades.

Para esta teoria, as políticas podem ser implementadas de cima para baixo podendo ou não ter a participação da população abrangida e o crescimento económico só é possível por via de um planeamento central tendo como principais pontos os processos de industrialização e urbanização.

No que toca ao planeamento regional, o paradigma funcionalista parte dos pressupostos da teoria económica neoclássica, nomeadamente no que diz respeito ao papel do Estado e ao modo como o próprio espaço é conceptualizado. O Estado, como membro externo à realidade social, impõe o plano regional à realidade que se encontra desorganizada, sendo que este plano contém a imagem de uma organização espacial mais racional. No entanto, este plano é imposto sem a envolvimento dos actores locais.

O aumento da gravidade dos problemas sociais, designadamente a pobreza e o desemprego registados nos países desenvolvidos, o insucesso das tentativas para diminuir as desigualdades espaciais e regionais referentes às condições de vida das populações, os custos ambientais ligados ao crescimento económico e o acentuar das diferenças entre os países desenvolvidos e países em desenvolvimento contribuíram para a relativização da redução conceptual da problemática do desenvolvimento à do crescimento económico (Pinho, 2007).

2.5.2 Paradigma territorialista

Segundo Campos (1994), o paradigma territorialista teve a sua origem a partir da análise das insuficiências da política regional tradicional nomeadamente pelo reconhecimento de que a integração funcional em mecanismos de grande escala tem acarretado fenómenos de desintegração regional, e associa-se aos esforços de construção de uma proposta de desenvolvimento regional “alternativo” que venha ao encontro de uma reconstrução do próprio conteúdo problemático do desenvolvimento.

Este paradigma propõe que o desenvolvimento seja desencadeado de baixo para cima, o que deverá ocorrer sucessivamente em escalas mais elevadas, através de retenção nas regiões menos desenvolvidas da maior parte possível do valor acrescentado aí criado e, espera-se, que os impulsos económicos passem de baixo para cima, do nível local, através do nível regional, até ao nível nacional.

O desenvolvimento é visto como um processo integral de alargamento de oportunidades não só para os indivíduos, mas também para grupos sociais e comunidades

ordenadas territorialmente às escalas pequenas e intermédias e através da mobilização integral das suas capacidades e recursos para benefícios comuns em vários domínios. A principal finalidade baseia-se na satisfação das necessidades básicas de toda a população de uma unidade territorial.

No sentido mais lato, terá como finalidade aumentar, de uma maneira integrada, a eficiência global de todos os factores produtivos das respectivas regiões. É pois um desenvolvimento endógeno, determinado à menor escala territorial possível e a partir da identidade territorial das pessoas e das formas como organizam a comunidade (Campos, 1994).

Este paradigma enraíza num conjunto de valores que o discrimine nitidamente do paradigma funcionalista, evidenciando-se a valorização do papel da autodeterminação territorial das comunidades envolvidas na satisfação das suas necessidades. Valoriza não só o desenvolvimento de lugares ou regiões e, sobretudo, a qualidade de vida das pessoas.

Entre essas duas paradigmas de desenvolvimento local, é de se verificar que o paradigma territorialista reúne e incorpora um conjunto condições consideradas mais positivas do que o paradigma funcionalista. Provavelmente, em virtude da sua emergência recente e da sua rara implementação, é ainda cedo para proceder a uma avaliação de políticas de desenvolvimento local. Todavia, baseando-se em algumas práticas consideradas importantes dado ao seu carácter inovador, pode concluir-se que três factores parecem estar relacionados com a emergência e implementação políticas territorialistas: a “ameaça” externa, a existência de sinergias regionais e a existência de personalidades dinamizadoras (Henrique, 1990).

2.6 Aproveitamento dos recursos locais como forma de potencializar o desenvolvimento

Quando se fala do desenvolvimento local pressupõe-se também que nas localidades existem seres humanos activos capazes de dinamizar as actividades através dos diversos recursos (naturais, humanos, financeiros, etc.) que a própria comunidade dispõe.

Recursos naturais, recursos humanos e turismo rural são algumas potencialidades existentes nas localidades rurais que podem contribuir fortemente para o desenvolvimento sócio-comunitário. Vejamos como isso poderá suceder.

Os recursos naturais têm uma grande importância a nível da economia mundial. Sem estes recursos seria impossível a sobrevivência do ser humano na terra.

Os recursos naturais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento económico da maioria dos PVD⁷: o sector agrícola, por exemplo, tem uma contribuição de 35% a 45% no produto nacional bruto dos países de mais baixos rendimentos. Em África e na Ásia, a maioria da população depende da renovação dos recursos naturais para a sua sobrevivência. Deste modo, tornam-se indiscutíveis os benefícios que poderiam resultar da investigação e desenvolvimento neste sector.⁸

A relevância económica e social do sector agrícola não pode ser ignorada. A sua função estratégica de produção de alimentos, de preservação do ambiente, do espaço físico de recursos naturais constituem potencialidades a aproveitar no processo de desenvolvimento.

Sampaio (1997) reconhece a grande capacidade que a agricultura e os sistemas sociais adjacentes têm para acolherem e integrarem a população em situação crítica (ex: caso do retorno de portugueses residentes nas ex-colónias e, mais recentemente, a absorção de desemprego gerado nos sectores em crise).

É importante frisar que os recursos ambientais existentes em espaços rurais potenciam também o desenvolvimento de actividades turísticas e recreativas, florestais, cinegéticas e minerais de serviços (Sampaio, 1997). Estas actividades, se forem promovidas adequadamente, o desenvolvimento rural tornará cada vez mais sólido e sustentável.

No que diz respeito aos *recursos humanos*, em desenvolvimento os principais recursos são, sem dúvida, as pessoas. Assim, é necessário apostar fundamentalmente na formação e qualificação das mesmas. No caso em questão, a qualificação dos recursos humanos existentes nas zonas rurais é de capital importância. Pois, os principais agentes da transformação social são as pessoas.

A educação, quer seja formal ou informal, desempenha um papel fundamental no processo do desenvolvimento integral do ser humano. Daí a importância estratégica da acção educativa não formalizada, designadamente da animação sociocultural, no reforço do potencial educativo de uma região e na criação da cultura de desenvolvimento.

Deste modo, torna-se evidente não apenas a importância das instituições educativas não escolares (museus, bibliotecas etc.), como também a dimensão educativa de instituições cujo objectivo principal não é autarquias ou empresas.

O alargamento da escolaridade que hoje já é uma realidade no mundo rural pode contribuir para um avanço imprescindível na criação e dinamização de pequenas empresas nestas regiões. A elevação de nível de instrução das populações residentes no meio rural

⁷ Países em via de desenvolvimento.

⁸ http://www.iict.pt/ecart/pagecart/vecart01.asp?cod_i=8&cod_s=3

tendem a incrementar a procura de bens e serviços. Por sua vez, a formação de trabalhadores e dirigentes, os progressos efectivos nas condições de trabalho e garantias de emprego aos trabalhadores são questões indispensáveis para o processo de desenvolvimento. Do mesmo modo, a animação sócio cultural em prol do desenvolvimento tem revelado grande sensibilidade à valorização dos recursos endógenos e à necessidade de contrariar os efeitos da desertificação humana e ecológica.⁹

O turismo por seu turno é tido como uma das importantes ferramentas de desenvolvimento económico e social das sociedades contemporâneas, proporcionando benefícios de longo prazo quando implementado de forma sustentada.

A nível mundial, o turismo é considerado uma das actividades económicas que possuem mais dinamismo.

De acordo com o boletim informativo sobre a importância do turismo para o desenvolvimento rural, publicado on-line em Novembro de 2002, o turismo abre para a agricultura e a vida rural duas áreas de vinculação. A primeira diz respeito a oferta de bens e serviços especializados de alta qualidade para a crescente indústria turística, nomeadamente a de alimentos. A segunda está relacionada com o desenvolvimento de novos produtos e destinos, cujo enfoque está no turismo ecológico, rural e agro-pecuário, baseado na atracção que oferece à comunidade científica internacional a ampla diversidade biológica desses países.

No meio rural, tanto o desenvolvimento da agricultura como o do turismo, deparam com preocupações e desafios comuns que estão relacionados com o meio ambiente: realização de actividades produtivas para minimizar os custos ambientais e sociais, e a criação de riquezas baseadas no uso criativo e sustentável dos bens e serviços ambientais que oferecem os ecossistemas existentes no meio rural"¹⁰.

Ribeiros & Vareiro (2007) afirmam que os êxitos das actuações turísticas prendem-se com os recursos locais, na sua expressão quantitativa e qualitativa¹¹.

É notável que o turismo rural contribui não só para a sustentabilidade da economia mas também proporciona o emprego, a conservação do meio ambiente, a reabilitação do património artístico e cultural dos espaços rurais, entre outros efeitos positivos.

⁹ Discurso de Jorge Sampaio na abertura da Jornada da Interioridade realizada de 11 a 15 de Junho de 1997, em Idanha-a-Nova.

¹⁰ Jornal Noticias Agrárias. Novembro 2002. Disponível em URL:

www.nead.org.br/boletim/boletim.php?noticia=379&boletim=161 - 7k

¹¹ Vareiro, 2007.

CAPÍTULO III

IMIGRAÇÃO PARA PORTUGAL

Pretende-se com este capítulo tratar questões sobre a imigração para Portugal, por este ser um país acolhedor de muitos imigrantes cabo-verdianos. Cova da Moura, o local onde foi feito o estudo, também é caracterizado por ter um índice elevado dos mesmos. Assim sendo, faz sentido referir aqui alguns pontos sobre este assunto. Serão abordadas informações como a evolução e principais tendências da imigração em Portugal, causas e processos da mesma, políticas do Estado face à acção dos imigrantes, processos migratórios em Cabo-Verde, causas da emigração cabo-verdiana e a imigração cabo-verdiana em Portugal.

3.1 Evolução e tendências da imigração em Portugal

Portugal, tal como outros países do sul da Europa, tornou-se num importante destino de imigração. O fluxo migratório para Portugal tem aumentado ano após ano, trazendo um grande número de imigrantes oriundos de África, Europa e Ásia. Pode dizer-se que, para a sociedade portuguesa, a imigração foi, durante as últimas décadas, destino de pessoas oriundas dos PALOP, do Brasil e da Europa do Leste, na sua maioria.

Este fenómeno ganhou visibilidade a partir da década de sessenta, quando o Estado português facilitou e incentivou a entrada dos cabo-verdianos no país com o objectivo de preencher o vazio de mão-de-obra causado pela emigração em massa e participação dos portugueses nas guerras coloniais. Estes imigrantes eram recrutados para trabalhar em empregos não qualificados, no ramo da construção civil ou na indústria de turismo. É importante dizer que os imigrantes cabo-verdianos foram precursores de um movimento migratório em cadeia, instituído a partir de Cabo Verde, que perdurou até à actualidade (Saint-Maurice, 1997).

Portugal, além de ser o país de destino, funciona também como uma plataforma migratória, onde os recém-chegados reemigram para outros países da Europa e da América. Machado (1997) afirma que, durante a década de 60, o fluxo migratório era caracterizado por mão-de-obra proveniente dos PALOP.

Dados do SEF (Relatório Anual, 1981) confirmam que, entre 1960 a 1981, o total da população estrangeira a residir em Portugal cresceu para 62 692, representando um aumento de mais de 200%. Já na década de 70 a imigração era, sobretudo, um fenómeno de refugiados.

Após 1974, o processo de descolonização teve um impacto determinante na natureza e amplitude dos novos fluxos migratórios para Portugal e, nas décadas de 80 e 90, os influxos migratórios foram caracterizados fundamentalmente pela imigração de mão-de-obra (Machado, 1997).

No decorrer da década de 80, a composição da população estrangeira mudou significativamente. É de recordar que, na década de 60 e início da década de 70, os europeus constituíam o grupo mais numeroso mas, nas décadas seguintes, os influxos de migrantes dos PALOP tornaram-se predominantes, invertendo assim as tendências existentes.

No ano de 1991 estimava-se que, dos 113 978 que representavam o total da população estrangeira a residir legalmente em Portugal, aproximadamente 40% (47 998), eram oriundos dos PALOP. Em 1996, totalizava-se 172 912 de população estrangeira e, destes, 81 174 (46.5 %) eram oriundos de países de África e 46 798 (27%) europeus (ver quadro 1).

Em 2003, os estrangeiros residentes em Portugal alcançavam o número de 250 697 pessoas. No entanto, acertando os respectivos dados às autorizações de permanência concedidas a partir de 2001, mais as autorizações de residência, o número total da população estrangeira a residir legalmente em Portugal atinge os 434 548, o que corresponde a 4,2% da população total (SEF, 2004).

É importante destacar que, nas últimas duas décadas, a evolução da imigração se tem caracterizado por duas principais tendências:

- Afirmção da imigração africana constituída, na sua maioria, por indivíduos vindos das ex-colónias e seus descendentes;
- Nos finais dos anos 90 e início do novo milénio a emergência de novos fluxos reflecte uma origem muito variada, composta especialmente por imigrantes da Europa do Leste, uma “nova vaga” de imigração brasileira, chinesa e do subcontinente indiano (Índia, Paquistão e Bangladesh).

Pode-se constatar nos quadros 1 e 2, uma profunda modificação da composição da imigração em Portugal, nomeadamente pelo facto dos brasileiros adquirirem uma maior representação, seguidos da comunidade ucraniana e, em terceiro lugar, pelos cabo-verdianos.

Quadro 1. População Estrangeira com Autorização de Residência (1986-2003)

	1986	1996	2003
Regiões de origem			
África	37.829 (43,5%)	81.174 (46.5%)	118.632 (47.3%)
Europa	24.040(27.6%)	46.798 (27.0%)	77.053 (30.7%)
América Central e do Sul	12.629 (14.5%)	25.731 (14.8%)	32.474 (12,9%)
Ásia	2.958(3.4%)	5.534 (3.1%)	11.571 (4.6%)
América do Norte	9.047 (10.4%)	10.783 (6.2%)	10.124 (4.0%)
Outros	479 (0.6%)	767 (0.5%)	834 (0.3%)
Total	86.982 (100)	172. 912 (100%)	250.697 (100%)

Fonte: Adaptado de Machado, 1997; SEF, relatórios estatísticos Anuais, 1986-2004.

Quadro 2. As cinco nacionalidades mais representativas (1986-2004)

	1986		1996		2004	
1º	Cabo-verdianos	26.301	Cabo-verdianos	39.236	Brasileiros	66.907
2º	Brasileiros	7.470	Brasileiros	20.027	Ucranianos	66.227
3º	Espanhóis	6.958	Angolanos	16.172	Cabo-verdianos	64.227
4º	Americanos	6.326	Guineenses	12.548	Angolanos	35.264
5º	Ingleses	5.872	Ingleses	11.688	Guineenses	25.148

Fonte: Adaptado de Machado, 1997; SEF, relatórios estatísticos Anuais, 1986-2004.

A legalização de milhares de imigrantes (até então ilegais) residentes em Portugal foi possível, graças à entrada em vigor do novo regime de autorizações de permanência (DI 4/2001). Assim, entre 2001 e 2003, foram concedidas 183 655 autorizações de permanência, merecendo destaque a grande diversificação das origens dos novos fluxos, em que a maioria dos quais são oriundos da Europa de Leste e, particularmente, da Ucrânia (ver quadro 3).

Quadro 3. População estrangeira com Autorizações de Permanência, por Nacionalidade (31.12.2003)

País de Nacionalidade	Nº	%
Europa de Leste		
Ucrânia	64.695	35.2
Moldávia	12.632	6.8
Roménia	10.926	5.9
Rússia	7.047	3.8
Brasil	37.920	20.6
PALOP		
Cabo Verde	8.558	4.6
Angola	8.533	4.6
Guiné-Bissau	4.318	2.3
S. Tomé e Príncipe	2.553	1.3
Ásia e Subcontinente Indiano		
China	3.909	2.1
Índia	3.385	1.8
Paquistão	2.856	1.5

Fonte: SEF, Relatório Estatístico, 2003

Peixoto (1993) considera que a presente realidade migratória é caracterizada por rápidos ritmos de crescimento, sobretudo, dos fluxos com origem no leste europeu, muitos dos quais sustentados pelo tráfico internacional de mão-de-obra ilegal. Estas novas estratégias imigratórias diferenciam-se substancialmente das tradicionais cadeias migratórias sustentadas em redes sociais, como tem sido o caso da imigração proveniente dos PALOP.

A recente imigração caracteriza-se por uma maior dispersão no território nacional, por níveis educacionais e profissionais mais elevados e por uma inserção profissional mais diversificada, que combina a concentração em sectores de actividade económica mais “tradicionais”, tais como a construção civil e serviços de limpeza, hotelaria e restauração, à agricultura, indústria transformadora e comércio.

No concernente à distribuição geográfica das comunidades imigrantes, embora a tendência verificada nos últimos anos seja indicadora de uma maior dispersão geográfica por parte dos novos fluxos (da Europa de Leste e do Brasil), a Área Metropolitana de Lisboa (AML) compõe o principal pólo de atracção das comunidades imigrantes. É notável que, entre 1991 e 2001, o número total dos imigrantes a residir na AML quase que triplicou. Malheiros e Vala (2004) afirmam ainda que, actualmente, 55% da população estrangeira se fixa na AML.

Os imigrantes dos PALOP tendem a concentrar-se no distrito de Lisboa (Amadora, Loures, Sintra e Oeiras) e de Setúbal enquanto os chineses e os cidadãos do subcontinente indiano fixam-se no centro de Lisboa ou em áreas suburbanas próximas do centro da cidade. Por sua vez, os estrangeiros europeus distribuem-se entre Lisboa e Faro, sendo que é na região sul que existe o maior agrupamento de imigrantes holandeses e ingleses.

No que diz respeito à nova vaga de imigração da Europa do Leste e do Brasil, apesar de se verificar uma maior dispersão em todo o território nacional, um número bastante significativo tem-se fixado na Área Metropolitana de Lisboa.

Em finais dos anos 80 fez-se um estudo sobre as comunidades étnicas imigrantes desfavorecidas a residir em bairros degradados na periferia de Lisboa, onde se construiu um perfil alargado da posição dos migrantes na sociedade portuguesa (Bruto da Costa & Pimenta, org., 1991).

De acordo com este estudo, aproximadamente 50.000 migrantes habitavam nos 130 bairros de lata da área da grande Lisboa. Os resultados revelaram ainda que entre 73% e 92% destes imigrantes estavam numa situação de exclusão total, vivendo muito abaixo do limiar da pobreza, com péssimas condições de vida, sem acesso a saúde, educação, salário, etc. Estes trabalhadores estão numa posição marginal no mercado laboral, realizando trabalhos precários e mal pagos (Horta, 2008).

Bruto da Costa e Pimenta (1991) mostram, assim, que os imigrantes se encontram numa situação desfavorável. Além disso, os mesmos autores reconhecem que a falta de respostas estatais à exclusão social e a consequente subordinação dos estrangeiros à precariedade são factores de uma gravidade notável. Não se tomou nenhuma iniciativa ou criou infra-estruturas ou outros bens para inverter esta situação, nem se implementou nenhuma política para total integração dos mesmos. Baganha (1996 referido por Horta 2008) acrescenta que as más condições vividas pela maioria dos migrantes africanos estão mais ligadas à sua condição de pobreza do que a questões de discriminação racial.

Horta, ao analisar a evolução dos processos de inclusão sócio-espacial dos imigrantes na Área Metropolitana de Lisboa concluiu que, apesar de se registar uma redução nos níveis de segregação residencial sucedida entre 1991 e 2001, os imigrantes dos países africanos continuam a ocupar uma posição socialmente desfavorável em relação à restante população. De 1991 a 2001 regista-se, pois, a tendência para uma maior fixação dos imigrantes em espaços habitacionais degradados.

A grande concentração da comunidade africana na Área Metropolitana de Lisboa explica-se pelo facto da existência aí de maiores oportunidades, nomeadamente de emprego,

serviços, comércios, transportes e um conjunto de benefícios que podem facilitar a vida dos mesmos.

De uma forma geral, a estrutura ocupacional da população imigrante residente em Portugal pode ser agrupada em três categorias fundamentais. A primeira categoria é composta por profissionais e técnicos altamente especializados (gestores ou investidores de capital estrangeiro, que vêm na sua maioria da Europa). A segunda é formada por trabalhadores especializados e pequenos empresários (migrantes da Europa, América do Norte e do Sul, e dos PALOP). A terceira e última categoria é constituída por trabalhadores migrantes não especializados ou semi-especializados, com pouca mobilidade social e ocupacional. Pode-se verificar que a condição da pobreza e precariedade são características dos fluxos de imigração dos PALOP e de outros países africanos. Neste grupo também estão incluídos refugiados e imigrantes ilegais que tendem a exercer trabalhos ilegalmente, o mais das vezes temporários, precários e de baixos salários (Lopes, 1999).

Nas duas últimas décadas, os elevados investimentos consagrados em obras públicas fizeram aumentar consideravelmente a procura de trabalhadores especializados e semi-especializados na área da construção civil.

Malheiros e Vala (2004, citados por Horta, 2008) distinguem várias formas de integração laboral entre “a nova vaga” de imigrantes e a imigração mais tradicional, proveniente dos PALOP. Em relação ao primeiro grupo, entre 1991 e 2001, constata-se alguma mobilidade profissional ascendente, principalmente apoiada pelos seus descendentes que possuem um elevado nível académico e profissional. Por outro lado, a taxa de desemprego no seio da comunidade dos imigrantes dos PALOP referente ao ano de 2001 era de 11,8% confrontada com 5,1% para os imigrantes do Leste Europeu e 4,8% para os originários da China, Índia e do Paquistão.

Para terminar esta parte, apresenta-se a ideia de Pires (1990) e Santos (1994) que explicam a dupla natureza dos fenómenos migratórios em Portugal (emigração/imigração). Para eles, isto deve-se à posição semi-periférica do país no sistema mundial. Afirmam ainda que a coexistência de extensão de centro e periferia são características das sociedades desenvolvidas intermédias, as quais se traduzem em fenómenos de migração caracterizados pela simultaneidade de fluxos de entrada e saída.

Por sua vez, Malheiros (1996, citado por Horta, 2008) explica que os fluxos de imigração não constituem um substituto para os fluxos de emigração portuguesa, mas que são indubitavelmente idealizados como complementos, preenchendo nichos específicos de mão-de-obra que não se sobrepõem. Uma justificação semelhante é dada por Peixoto (1993) ao

defender que os influxos de imigrantes são vastamente percebidos como substitutos para uma carência de mão-de-obra nacional.

O ponto culminante entre as ideias dos autores referidos anteriormente é o enfoque na situação semiperiférica de Portugal no sistema mundial e a sua dupla condição, ou seja, um país de emigração com destino aos países da Europa Central, e um país que acolhe os imigrantes dos países em via de desenvolvimento, nomeadamente os de África. É importante dizer que, nas últimas duas décadas, o processo de modernização em Portugal tem sido acompanhado por um “recentramento” da sua posição em relação ao sistema mundial e, nas palavras de Fernão (1996:181, apud Horta, 2008) como uma *“periferia não qualificada de uma Europa desenvolvida e, simultaneamente, um pólo de atracção para as periferias mais marginalizadas”*

3.2 Causas e processos da imigração para Portugal

A emergência de questões da imigração em Portugal, a partir de meados dos anos 70, deve ser enquadrada num contexto mais vasto que corresponde a um processo de crescimento económico e de mudança social, demográfica e mesmo política que se constatou nos países comunitários da Europa do Sul (Baganha, 2002).

Partindo da análise feita por vários estudos sobre a imigração para a Europa do Sul, é possível sistematizar o conjunto de motivos que estão na origem do crescimento da imigração. Por um lado, é digno de realçar os designados factores de repulsão associados aos países emissores de imigrantes. Neste domínio, é de se destacar o desequilíbrio entre a oferta e a procura de trabalho, resultante do forte crescimento demográfico e o crescimento insípido de emprego, além de outros factores, tais como conflitos político-militares e sistemas de repressão existentes em diversos países em desenvolvimento, os quais concorrem para grandes volumes de emigração forçada.

Por outro lado, a globalização dos movimentos migratórios internacionais, fortemente relacionada com a expansão das possibilidades oferecidas pelos progressos de transportes e comunicações e favorecida pelo incremento da informação que circula nas redes transnacionais de migrantes, alarga bastante o potencial migratório de muitos países.

No que diz respeito às modificações ocorridas nos países da Europa do Sul, como destino de migrações, Baganha (2002) destaca as seguintes:

- A aproximação geográfica em relação aos países de origem.

Efectivamente, a importância que os marroquinos representam em Espanha, os

egípcios na Grécia e os albaneses em Itália comprova que a distância física ainda tem influência na definição dos destinos migratórios. Numa visão mais alargada, estas condições geográficas explicam-se pelo facto de estes países constituírem uma “primeira e longa fronteira” da Europa face a África (a sul) e, no caso da Grécia e de Itália, face aos países do Leste;

- A proximidade institucional, não só cultural mas também linguística, que resulta da existência de laços coloniais entre alguns países do sul e os seus principais fornecedores de imigrantes (brasileiros e cidadãos dos PALOP, no caso de Portugal; marroquinos e filipinos, no caso de Espanha);
- O reforço dos controlos sobre a imigração tradicional proveniente de países em vias de desenvolvimento, por parte de países como a França, a Alemanha ou o Reino Unido, fez com que muitos imigrantes optassem por novos destinos na Europa do Sul, sobretudo após a adesão da Grécia, de Portugal e da Espanha à UE;
- O processo de mudança demográfica experimentado pelos países da Europa do Sul que assinalaram, ao longo das décadas de 70 e 80, um forte declínio das taxas de fecundidade, as quais se tornaram inferiores às da maior parte dos países mais desenvolvidos da Europa e que, por conseguinte, se afastaram dos valores nos países menos desenvolvidos;
- O crescimento económico e o processo de reestruturação das economias dos países da Europa do Sul, associados à ocorrência de extraordinárias alterações na configuração do mercado de emprego.

Segundo Baganha (2002), este aumento nos fluxos imigratórios dirigidos para os países da Europa do Sul deve-se à sua nova posição na divisão internacional do trabalho. Os processos de industrialização principiados nos anos 50 e 60 traduziram-se em ritmos de crescimento económico dos mais elevados da Europa entre 1965 e 1990, além de se ter operado, no decorrer deste período, uma progressiva abertura ao exterior dos países do Sul (excepto Itália, onde o processo ocorreu mais cedo) que culminou com a adesão da Grécia (1980), da Espanha e de Portugal (1986) à CEE.

Por outro lado, é conveniente referir que os países da Europa do Sul, principalmente a Espanha e a Itália promovem, tal como estados do Norte e Centro da Europa, uma profunda alteração dos seus sistemas produtivos, desenvolvendo o sector dos serviços, incrementando a utilização de novas tecnologias e a própria mobilidade (sobretudo interna) do capital. Os

subsídios comunitários concedidos através dos diferentes fundos europeus têm também contribuído para este processo de modernização da economia (Baganha, 2002).

Estes pontos de mudança vão dar origem a uma polarização da procura de activos estrangeiros. Por um lado, existe um contingente extraordinário de profissionais com níveis de qualificação elevados (correspondentes a cerca de 30% de activos estrangeiros em Portugal e Espanha) que, segundo Actis (1992: 17, apud Horta 2008), se associa quer ao processo de internacionalização do capital e de abertura ao exterior (presença de empresas transnacionais, etc.), quer à exigência de especialistas requeridos pelo rápido processo de modernização da sociedade.

Por contraste, refere igualmente Baganha, verifica-se também um crescimento no número de imigrantes laborais com níveis de formação bastante reduzidos, originários de países menos desenvolvidos. Este contingente, para além de ter sido obrigado a procurar novos destinos em virtude das restrições impostas à imigração por parte dos países do Norte e Centro da Europa, veio responder às novas exigências do mercado de trabalho dos países do Sul que dispõem de maior flexibilidade de mão-de-obra, catalisando uma substituição progressiva dos trabalhadores autóctones nos segmentos menos valorizados do mercado laboral.

É conveniente destacar que a concentração de estrangeiros no sector de serviços está intimamente relacionada com a expansão da economia subterrânea ocorrida nos diversos países meridionais destacando-se, em particular, o sector terciário informal (empregadas domésticas, vendedores ambulantes, etc.). Esta situação contribui para o crescimento de números de trabalhadores isolados e de pequenos patrões imigrantes, acontecimento que, tal como sucede na Europa Central e do Norte, é reforçado pelas potencialidades oferecidas pelo trabalho familiar e pela fragmentação do mercado de emprego no sector terciário (Horta, 2008).

Como conclusão, pode afirmar-se que a actual imigração para a Europa do Sul é intrinsecamente diferente das migrações intra-europeias que caracterizaram o período que mediou o final da II Grande Guerra e o início da(s) crise(s) económica(s) e sociais da década de 1970. Essa diferença dá-se em termos qualitativos, havendo maior presença de técnicos e pessoas qualificadas, uma grande concentração de activos no terciário e uma maior diversificação das origens socio-geográficas, mas também quantitativamente, invocando uma procura de influxos bastante inferiores aos contingentes que os países da Europa do Norte cativaram até meados dos anos 70.

3.3 A política do Estado e a imigração

Antes de analisarmos a política do estado relativamente à imigração, cabe aqui introduzir um singelo panorama de algumas das perspectivas que procuram enquadrar teoricamente o papel dos imigrantes na constituição (de acção) política, de forma a melhor clarificarmos quais as condicionantes e consequências que pautam o envolvimento da imigração no contexto sociopolítico.

Segundo Ireland & Soysal (1994, referidos por Horta, 2008), são três as principais abordagens teóricas que sublinharam a análise dos padrões de participação política dos imigrantes.

A primeira refere-se à “teoria das classes”. Esta defende que as estruturas organizacionais dos imigrantes e as suas formas de participação política dependem muito dos “interesses comuns de classes” dos imigrantes. O argumento central é o de que as forças económicas capitalistas criaram, através da mão-de-obra barata dos imigrantes, subproletariados étnicos/raciais. Isto é, o Estado conjuntamente com as elites económicas, utilizaram diferenciadores raciais e étnicos para dividir a classe trabalhadora, entre população estrangeira e nativa conseguindo, desta forma, manipular com mais facilidade uma força de trabalho fragmentada que, em última análise, suporta os custos da reestruturação industrial. Segundo esta perspectiva, é através da mobilização e da acção colectiva da classe trabalhadora que se constituem solidariedades e que se delineiam estratégias políticas capazes de superar a segregação e a exclusão social das populações imigrantes. Além disso, para estes autores, os padrões de participação política dos imigrantes são vistos como parte de um processo global de acção reivindicativa da classe dos trabalhadores que assenta em interesses comuns.

A “teoria da etnicidade/raça” tem como premissa fundamental a noção de que as identidades étnicas, raciais e religiosas dos imigrantes tem uma importância capital na sua organização colectiva e na mobilização política. Ao centralizar-se nas políticas étnicas dos imigrantes, esta abordagem prevê que um grupo particular de imigrantes, dada a especificidade das suas características nacionais, culturais e religiosas, tende a desenvolver padrões semelhantes de mobilização política em diferentes sociedades de acolhimento.

Para esclarecer a variação transnacional da mobilização política dos imigrantes, alicerçando-se numa “perspectiva institucional”, propõe-se ainda uma “teoria de canalização institucional” para as políticas de imigração. Central desta abordagem sociológica é a noção de que o comportamento político dos imigrantes depende, em grande medida, “da estrutura de oportunidades políticas” da sociedade de acolhimento.

Soysal (1994, 1998, citado por Horta, 2008), na sua análise sobre a imigração e a cidadania, afirma que os ambientes institucionais das sociedades de acolhimento têm uma importância decisiva para as organizações e o activismo político dos imigrantes. Isto é, as formas organizativas, objectivos, tácticas e estratégias políticas, bem como os níveis de integração e participação na sociedade de acolhimento, reflectem-se directamente na natureza das políticas de imigração do Estado. O autor refere, a título de exemplo, que na Suécia e na Holanda as políticas e os discursos do “Estado Central” promoveram a participação política dos imigrantes segundo linhas étnicas ou nacionais. Assim, os canais oficiais para a participação colectiva dos imigrantes salientaram o carácter nacional e étnico das organizações dos mesmos. Contrariamente, na Alemanha, Suíça e Grã-Bretanha, a carência de políticas oficiais e institucionais centralizadas resultou em padrões de organização dos imigrantes relativamente mais fragmentados ou localizados, relevando um “Estado Central” que não exerce um papel directo na integração dos imigrantes.

Em França e Portugal, o enfoque na cidadania e na nacionalidade configuraram as políticas de imigração em domínios mais extensos. A mobilização dos imigrantes centrou-se no reagrupamento familiar, na legalização e no direito da cidadania (Horta, 2008).

Em Portugal, é notável o esforço feito no sentido de promover a integração e melhoria das condições de vida dos imigrantes, sobretudo ao nível da habitabilidade. A implementação de políticas sociais na década de 1990, visando a erradicação das barracas, a renovação urbana, a reabilitação e a legalização de bairros clandestinos foi decisiva na melhoria das condições de habitação, tanto da população autóctone como dos imigrantes africanos.

Neste contexto, e sem podermos analisar exaustiva e criticamente a questão, é de se realçar a importância dos programas de realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, que permitiu a mudança de milhares de famílias que residiam anteriormente em barracas, independentemente do seu estatuto jurídico. Claro que esta política não garante, por si só, uma plena integração dos imigrantes (ilegais ou não), nem tão pouco, uma irrefutável melhoria de vida, mas potencia a existência de algumas condições indispensáveis à construção de uma vida digna por aqueles que vivem à beira da exclusão social.

Quadro 4. Evolução das políticas portuguesas de imigração

Fases	Principais Aspectos Políticos	Grupos de Imigrantes
Fase I 1960-1973	Recrutamento de força de trabalho africano (cabo-verdianos); imigração de substituição. Fluxos de profissionais e empresários europeus.	Britânicos, franceses, alemães, brasileiros e cabo-verdianos
Fase II 1974-1990	Políticas de <i>Laissez-faire</i> , regresso dos emigrantes portugueses; repatriação dos portugueses a residir nas ex-colónias; migração de refugiados (PALOP); fluxo de migração de mão-de-obra dos africanos das ex-colónias.	Africanos das ex-colónias portuguesas (Cabo Verde, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau; brasileiros; europeus; norte-americanos. Também europeus de Leste
Fase III 1990-1994	Políticas integracionistas/assimilacionistas e de exclusão diferencial. Restrições mais apertadas em relação aos cidadãos não europeus (ex: africanos). Harmonização de políticas nacionais com as directivas da UE. Legislação mais restritiva sobre imigração e asilo. Primeiro período de regularização extraordinária de imigrantes. Introdução de medidas de inclusão ao nível local. Migração de mão-de-obra e de refugiados.	Influxos africanos, asiáticos e europeus
Fase IV 1995 até ao presente	Políticas integracionistas/ inclusivas. Controlo mais apertado dos influxos dos países terceiros (africanos e da Europa de Leste). Alargamento dos direitos sociais e políticos aos imigrantes. Vários períodos de regularização extraordinária de imigrantes. Novos dispositivos legais sobre imigração e lei de nacionalidade mais inclusiva. Migração de mão-de-obra.	Brasileiros, europeus de Leste, africanos, asiáticos.

Fonte: Horta (2008:91)

3.4 As migrações em Cabo Verde

Cabo Verde é um país onde o fenómeno da pobreza sempre fez parte do seu quotidiano. Carreira (1984) afirma que as secas e as fomes que têm atingido as ilhas, constituem problemas marcantes na vida dos nacionais. Pela sobrevivência e na tentativa de ultrapassar dificuldades e obstáculos que a vida lhe impõe, o cabo-verdiano é, regra geral, educado e preparado para enfrentar as situações adversas, aprendendo a ser determinante na busca pela melhoria do seu bem-estar.

João Lopes Filho (2007) enfatiza, seguindo essa linha de pensamento, que se institucionalizaram sistemas tradicionais de solidariedade e entreajuda na sociedade cabo-verdiana. Estes sistemas, conjuntamente com o “djunta mó”, expressão que em português significa *juntamos as mãos*, têm ajudado muito toda a comunidade na realização das suas tarefas e superação das adversidades.

Essas dificuldades advêm, não só das condições naturais, mas também de factores sociais e políticos. Nomeando algumas apenas, tem-se a baixa produtividade agrícola, o fraco investimento, a elevada taxa de desemprego, o baixo salário, pouca prestação de serviços no que tange à assistência social, más condições de saúde, falta de qualidade no sistema de educação e ensino que leva à provável impossibilidade de manter um filho cabo-verdiano nas instituições escolares, uma lentidão e pouco democrática evolução no processo de desenvolvimento, entre outros aspectos, obrigaram muitos cabo-verdianos a emigrarem para outros pontos do planeta, deixando para trás a terra que tanto amam e estimam.

César Monteiro (1997:323) realizou um estudo sobre a comunidade cabo-verdiana em Itália onde menciona que *“a saída do país constitui a principal válvula de escape da pressão sobre a economia cabo-verdiana e, ao mesmo tempo, a fuga mais tradicional à pobreza”*.

Lopes Filho (2007) argumenta que, apesar de se dizer que a emigração cabo-verdiana se iniciou pouco tempo depois do povoamento das ilhas, há outra versão a indicar que a primeira corrente migratória para o exterior teve início nos finais do século XVII e princípios do século XVIII, tendo como principal destino os Estados Unidos da América.

Segundo Carreira (1977), iniciou-se entre 1685 e 1700 com o emprego de pescadores de baleia cabo-verdianos nos baleeiros norte-americanos que acostavam no país para se abastecerem. Considerando esta referência cronológica, distingue-se três grandes fases migratórias de cabo-verdianos para o exterior (Carreira, 1977; Lopes Filho, 2007; entre outros):

Como referido anteriormente, a primeira fase associa-se à pesca da baleia que desencadeou uma grande corrente emigratória para os EUA e para S. Tomé e Príncipe e outras províncias do então império português, mormente, Angola e Guiné-Bissau.

A segunda fase iniciou-se no século XX e prolongou-se até o final da Segunda Guerra Mundial. Esta fase foi assinalada por uma drástica diminuição da saída e um desvio de fluxo emigratório para o Senegal, a Gâmbia, Argentina e Brasil.

A última fase começou após a II Guerra Mundial e persistiu até à actualidade. Neste período constatou-se um grande êxodo rural e forte emigração para Europa, nomeadamente, Portugal, Luxemburgo, Itália, Holanda, França, Suíça, Alemanha, etc. Sucede, também, a reactivação da corrente migratória para os EUA.

Na presente data, o sistema migratório cabo-verdiano abarca um número significativo de países pertencentes a estes três continentes do planeta: África, Europa e América. Na perspectiva de Carreira (1984:125), *“essas correntes migratórias aconteceram de forma espontânea, por iniciativas ou decisões tomadas pelos próprios cabo-verdianos que vêem na emigração uma luz ao fundo do túnel, uma esperança e uma solução possível na fuga à pobreza e obtenção do bem-estar socioeconómico que julgam estar além do horizonte mas, pode ser considerada forçada um vez que acontece por falta de oportunidades e alternativas de vida no país”*.

3.5 Os cabo-verdianos em Portugal

O processo de emigração cabo-verdiana para Portugal teve o seu início no século XVI ou XVII, após o início do povoamento das ilhas. A escolha de Portugal pelos cabo-verdianos, como o país onde possam melhorar as suas condições de vida, deve-se aos laços estabelecidos desde época colonial.

Segundo Batalha (2008), a II Guerra Mundial deixou a Europa parcialmente destruída e no processo da sua reconstrução, na década de 60, muitos portugueses emigraram para outros países como Luxemburgo, Alemanha, Bélgica e França, em busca de melhores salários e uma vida mais digna. Registou-se também, simultaneamente, um fluxo bastante expressivo de portugueses para a guerra colonial, fomentando deste modo uma diminuição da população activa, fazendo com que um número significativo de imigrantes africanos, particularmente os cabo-verdianos, viesse ocupar espaços deixados pelos portugueses. Estes factos atraíram os emigrantes cabo-verdianos para Portugal.

A imigração cabo-verdiana em Portugal pode ser dividida em três fases, correspondentes a três períodos sociopolíticos e económicos: a primeira aconteceu antes da independência, a segunda após à independência e a última é conotada como a fase laboral.

Primeira fase: convite a trabalhadores cabo-verdianos

Esta fase iniciou-se nos anos 60, quando Portugal implementou a política activa de recrutamento de mão-de-obra a partir das suas colónias para suprir necessidades de mão-de-obra que se faziam sentir na “metrópole”. Estes trabalhadores imigrantes contratados vieram substituir trabalhadores portugueses que emigraram para outros países da Europa ou que foram mobilizados para a Guerra do Ultramar.

Esses trabalhadores cabo-verdianos foram encaminhados para sectores onde se registava maior carência de mão-de-obra, especificamente no sector da construção civil e obras públicas da Grande Lisboa. Outros grupos de pequena dimensão foram-se instalar noutras áreas que também tinham carência de mão-de-obra como, por exemplo, o Algarve. O ritmo de desenvolvimento desta região começou a aumentar a ponto de se tornar numa zona com forte potencialidades para o turismo. Houve também, por parte do Governo e algumas empresas, incentivos para os imigrantes trabalharem nas fábricas da margem sul do Tejo e para o sector mineiro, igualmente com carências de mão-de-obra.

Afirma Lopes Filho (2007) que se tratou de recrutamento de mão-de-obra sem qualificação e com enormes carências ao nível da instrução. Por esta razão, haviam empregadores que recusavam aceitar estes imigrantes. Esta situação agravou a situação de vida dos trabalhadores imigrantes que passaram a receber um salário aquém do desejado.

Segunda fase – Retorno dos cabo-verdianos

Na visão de Lopes Filho (2007), o segundo “grande movimento” de cabo-verdianos para Portugal deu-se nos anos 70, principalmente, após a revolução de Abril de 1974, com os processos de descolonização e de afirmação de independência nacional das ex-colónias. Portugal acolheu muitos dos seus nacionais (retornados), bem como africanos que resolveram conservar a nacionalidade portuguesa.

No que diz respeito às actividades laborais, Góis (2008a:215) destaca dois tipos de segmentos presentes nesta segunda fase. No primeiro, os retornados/repatriados com menos qualificação inseriram-se em sectores como serviços de limpeza industrial e/ou domésticos, vendas ambulantes, construção civil e obras públicas, semelhantes aos seus conterrâneos já anteriormente instalados em Portugal. No segundo segmento, os retornados/repatriados que possuem mais qualificação (ex-quadros dos serviços de regime colonial), ingressam nos serviços ligados ao Estado português e na administração pública portuguesa.

De acordo com Lopes Filho (2007:67), foi “*disto que resultou grande percentagem daquilo que se poderá considerar a classe média dos cabo-verdianos em Portugal, juntamente com os pertencentes a quadros de organismos, técnicos e comerciantes, que continuaram a exercer as suas actividades*”

Terceira fase – imigrantes laborais cabo-verdianos

A terceira fase da imigração cabo-verdiana para Portugal iniciou-se a partir dos anos 80. É nesta altura que retomam as imigrações laborais que haviam sido cessadas com a independência de Cabo Verde. A partir da década de 80 surgiu uma nova oportunidade de imigração, fase que ainda decorre, coincidindo com o actual período de recessão económica que está a afectar Portugal e o Mundo, em geral.

A adesão de Portugal à União Europeia e a adopção de medidas políticas uniformizadas, leia-se as normas e as pressões comunitárias que vêm de Bruxelas, foram factores que condicionaram, de certa forma, a admissão e a permanência dos não-comunitários nos respectivos Estados membros.

Apesar das restrições, tem-se verificado, até aos dias actuais, um aumento expressivo do número de cabo-verdianos que escolhem Portugal como país de destino (ver quadro 1).

Quadro 5. População cabo-verdiana residente legalmente em Portugal, 1981-2005

ANOS	TOTAL	LISBOA	SETÚBAL	PORTO	FARO
1981	21008	14012	4762	269	1057
1982	20957	13913	4780	267	1084
1983	22358	14667	5252	212	1164
1984	23372	15266	5576	280	1191
1985	24959	16266	5576	680	1378
1986	26301	17110	5836	690	1471
1987	26536	17272	5851	686	1530
1988	27106	17626	5861	677	1544
1989	27972	18335	5967	667	1595
1990	28796	18890	6058	692	1677
1991	29743	19595	6125	706	1754
1992	31217	20692	6329	758	-
1993	32036	21279	6474	780	1854
1994	36560	24279	7139	800	2622
1995	38746	25829	7716	795	2667
1996	39546	26387	7869	815	2700
1997	39789	26596	7900	811	2720
1998	40093	26894	7986	812	2733
1999	43951	29660	8676	827	2977
2000	47093	31752	9462	861	3163
2001	49845	33424	10377	886	3252
2002	52223	35181	10867	914	3276
2003	53434	35793	11246	950	3342
2004	54788	36545	11567	952	3418
2005	55608	36641	12042	992	3494

Fonte: INE - Estatísticas Demográficas (vários anos), SEF – Relatório Estatísticos (vários anos).

Os dados referentes ao número de imigrantes residentes em Portugal, apresentados pelas diversas instituições, são diferentes. O SEF, por exemplo, confirma que em 2001, 49.845 imigrantes cabo-verdianos residiam em Portugal. O Censo de 2001, por sua vez, apontava para 44.964 cidadãos de nacionalidade cabo-verdiana residentes em Portugal, enquanto para a Embaixada de Cabo Verde em Lisboa, o número desses imigrantes residentes ronda os 83.000 indivíduos, desde 1998. É previsível que actualmente haja muitos mais cabo-verdianos residentes em Portugal. No entanto o número real até agora é desconhecido. Entretanto, vale a pena referir que é apontado pelo SEF que, em seguida dos brasileiros e

ucranianos, os cabo-verdianos constituem o terceiro maior grupo de imigrantes a viver no país (vide Relatório de 2008).

Segundo *Batalha (2008:31)*. “Uma vez instalados, os primeiros trabalhadores encarregavam-se de passar palavra aos seus patrícios em Cabo Verde sempre que mais trabalhadores eram precisos. Criou-se assim uma migração em cadeia que fez crescer rapidamente o número de trabalhadores cabo-verdianos imigrantes, ...”

A maioria destes imigrantes fixou-se na Área Metropolitana de Lisboa, sobretudo nos concelhos de Almada, Amadora, Lisboa, Loures e Oeiras. O quadro a seguir ilustra esta distribuição.

Quadro 6. N° de cabo-verdianos por concelhos da Área Metropolitana de Lisboa

Concelhos	IECCV 1997	%
Cascais	3869	5,2
Lisboa	12506	16,7
Loures	7730	10,3
Mafra	104	0,1
Oeiras	10399	13,9
Sintra	5149	6,9
Vila Franca de Xira	2395	3,2
Amadora	15138	20,2
Alcochete	11	0,0
Almada	5630	7,5
Barreiro	1918	2,6
Moita	2868	3,8
Montijo	113	0,2
Palmela	253	0,3
Seixal	4658	6,2
Sesimbra	205	0,3
Setúbal	2082	2,8
Total	75029	100

Fonte: Embaixada de Cabo Verde em Lisboa, 1998

Constata-se que nos é concelhos de Amadora, Lisboa e Oeiras que há maior fixação dos imigrantes cabo-verdianos, enquanto nos concelhos de Alcochete, Mafra, Montijo, Palmela e Sesimbra há poucos cabo-verdianos residentes. A maior concentração naqueles três concelhos justifica-se, provavelmente, pelo facto de serem os centros urbanos onde se concentram maior número de bens e serviços oferecendo, além do mais, uma vasta gama de oportunidades de emprego.

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

Neste capítulo pretende-se apresentar, num primeiro momento, um breve historial sobre o Bairro da Cova da Moura, destacando as quatro fases da sua constituição e consolidação. O processo da ocupação do bairro pelos cabo-verdianos, assim como o movimento associativo e a criação da Associação Cultural Moinho da Juventude, serão também questões a serem abordadas.

No segundo momento será apresentada a Associação Cultural Moinho da Juventude, criada por iniciativa dos imigrantes cabo-verdianos residentes no bairro com o objectivo de defender direitos e interesses dos mesmos, promover a cultura e integrar os imigrantes na sociedade portuguesa.

Em última instância será apresentado o Projecto “Sabura” e analisada a sua contribuição para o desenvolvimento local da Cova da Moura, projecto este criado pela referida associação com o objectivo de promover a imagem positiva do bairro, dinamizando a cultura cabo-verdiana e as actividades económicas locais.

4.1- O Bairro Alto da Cova da Moura: Um pequeno historial

A designação do Bairro, Alto da Cova da Moura deve-se aos seguintes significados. Alto, por situar-se num lugar elevado; Cova, pelo facto de existir na localidade uma pedreira muito antiga; e Moura, por ser apelido da primeira família portuguesa que residia no local.

Cova da Moura situa-se na zona Oriental do Concelho da Amadora, aproximadamente a 15 km do centro de Lisboa. A população residente é, na sua maioria, imigrantes de origem cabo-verdiana que, ao chegarem à localidade, começaram a construir barracas de madeira e plástico sem qualquer autorização ou licença para construção.

A predominância da população cabo-verdiana é visível, sobretudo pelo uso do Crioulo como língua de comunicação no dia-a-dia. A língua portuguesa é pouco falada. Os que mais a falam são cabo-verdianos da segunda e terceira geração, já nascidos e criados em Portugal.

A língua portuguesa é utilizada com mais frequência em ambientes fora do bairro, nomeadamente, nas escolas, no trabalho e nos serviços.

De acordo com um estudo coordenado por Vasco da Cunha, em 2001, a população residente era aproximadamente 5500. Contudo, no fim da década de noventa, segundo as associações locais, a população total oscilava entre 6 000 e 10 000 residentes.

Segundo Horta (2008:184), o processo de constituição e consolidação do bairro Cova da Moura pode ser dividido em quatro fases:

A primeira iniciou-se em 1940 e terminou em 1974. A segunda aconteceu entre 1974 a 1977. A terceira deu-se de 1977 a 1989. Finalmente, a quarta fase teve o seu início em 1989 e prolonga-se até aos dias actuais.

A primeira fase marcou o início da formação do bairro. As primeiras barracas foram construídas em 1940, sendo que o primeiro grupo ocupou-se da Zona Sul do bairro e o segundo da Zona Norte. Deste modo, iniciou-se um processo de subdivisão dos terrenos em pequenas hortas, onde era desenvolvida uma agricultura a tempo parcial.

Esta primeira fase subdivide-se ainda em duas épocas. A primeira foi marcada pela rigidez de controlo e vigilância de ocupação ilegal dos terrenos. A partir de 1970 iniciou a segunda época, que se prolongou até 1974. No início da década de 70 várias famílias cabo-verdianas já se tinham instalado no bairro e apropriados alguns terrenos. A tentativa de “liberalização política” do Estado Novo veio a traduzir-se numa atitude mais permissiva para com a ocupação ilegal dos terrenos (Mozzicafreddo et al., 1985, apud Horta, 2008).

A segunda fase de ocupação (1974-1977) iniciou-se na sequência da Revolução de 1974. As grandes transformações políticas e sociais tiveram um impacto crucial na sociedade portuguesa. A liberalização política, a agitação social e a escassez de habitação contribuíram para a proliferação e consolidação de bairros ilegais por todo o país, com especial incidência nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

Para além dos fluxos de imigrantes africanos no bairro, sobretudo de cabo-verdianos, é neste período que se começa a assistir à fixação dos portugueses regressados das ex-colónias e de vários países europeus.

O seguinte período de ocupação corresponde a 1977 - 1989. Entre 1977 e 1987 a população da Cova da Moura aumentou de 600 para 5000 moradores, devido ao influxo maciço de imigrantes cabo-verdianos e portugueses retornados que se instalou no bairro, ocupando os lotes ainda disponíveis para construção de casas. Tais portugueses chegaram ao bairro em busca de uma oportunidade para recomeçarem as suas vidas, após o processo de descolonização.

Em 1983, a Cova da Moura era já um bairro etnicamente heterogéneo. Estima-se que, nesta altura, os migrantes cabo-verdianos representavam cerca de 55% da população total;

32% eram imigrantes vindo do Norte e Centro de Portugal; 8% seriam oriundos de Angola e 5% representavam portugueses que antes residiam na cidade de Lisboa (Horta, 2008).

É de sublinhar que 54,6% da população africana possuía um baixo nível de escolaridade o que se traduzia em mão-de-obra pouco qualificada, apta a trabalhar sobretudo no sector da construção civil e obras públicas e nos serviços de limpeza. Respeitante à população portuguesa residente no bairro, uma parte significativa tinha níveis de qualificação mais elevados, encontrando oportunidades de emprego em actividades económicas ligadas aos serviços e à indústria.

Em meados da década de 1980, a Cova da Moura tornou-se no maior bairro de imigrantes em Portugal. A pobreza e a exclusão social, aliada à falta de oportunidades económicas, empurraram os imigrantes para espaços de segregação residencial. Estes, tal como a população autóctone a residir no bairro, accionaram redes sociais de amizade e de solidariedade, reproduzindo e reconfigurando novas práticas culturais, com vista a resolver conjuntamente os seus problemas e melhorar as suas condições de vida na nova zona residencial.

É importante destacar que Cova da Moura não era simplesmente um dormitório para a força do trabalho imigrante e nem era um espaço de alienação, como bem refere Horta (2008). Ao invés, era e continua a ser um espaço em desenvolvimento. Ao longo do tempo foram criados vários serviços como cafés, restaurantes, boutiques, agências de viagens, super mercados, cabeleireiros, entre outros que operam no bairro e que servem, não apenas a população residente, como também a do exterior.

A década de 1980 foi pautada pela ausência de verdadeiras políticas de habitação dirigidas aos imigrantes e à população nacional e poucos planos de renovação e reabilitação urbana foram implementados para lidar com a degradação urbana e a proliferação de bairros degradados, de génese legal ou ilegal (idem).

A escassez de fogos habitacionais, as fracas condições económicas e atitudes discriminatórias e racistas foram os principais factores responsáveis pela concentração dos imigrantes em áreas degradadas e sobrepovoadas na periferia de Lisboa, e a Cova da Moura não foi excepção.

Nesta terceira fase de consolidação do bairro, a racionalização do espaço não foi apenas uma representação veiculada pelos discursos oficiais. A apresentação do bairro como sendo espacialmente dividido por fronteiras étnicas dominou a cobertura jornalística sobre a Cova da Moura. A comunidade foi representada como vivendo numa espacialidade antagónica, onde o “mundo dos negros” se opõe ao “mundo dos brancos”.

O quarto período de consolidação do bairro inicia-se em 1989 e prolonga-se até ao presente, conforme referimos, abrangendo mais de duas décadas. Nesta última fase de consolidação do bairro, no que diz respeito à esfera do trabalho, assiste-se ao surgimento de um número considerável de subempregados, muitos deles, a operarem no sector informal da economia. O bairro tornou-se, assim, uma fonte de recrutamento de mão-de-obra barata para trabalhar na indústria da construção civil e obras públicas, pois foi uma área que beneficiou de particular incremento de investimentos (lembre-se, só em Lisboa, da construção da Ponte Vasco da Gama, da Expo 98' e de todos os empreendimentos e requalificação urbana que daí resultaram).

A partir da década de 1990 verificou-se alguma mobilidade ascendente entre a população, levando várias famílias a abandonarem o bairro e a fixarem-se noutras áreas residenciais. As suas casas no bairro foram “vendidas” a outros moradores ou, em muitos casos, arrendadas a imigrantes recém-chegados. No que diz respeito às oportunidades de emprego e de alojamento, os laços étnicos, bem como laços de vizinhança, afiguram-se como sendo cruciais para aceder a recursos locais.

No que tange à esfera política, até 1997, exceptuando os autóctones, a maioria da população não detinha quaisquer direitos políticos. O alargamento do direito de voto nas eleições locais às comunidades imigrantes potenciou, assim, a participação política da população cabo-verdiana. Contudo, importa notar que, dada a presença de um elevado número de imigrantes em situação irregular, a participação política e o poder de reivindicação tem sido substancialmente reduzido. Alargue-se ainda esta falta de capacidade de exercer a cidadania plenamente, a questões relacionadas com o mercado laboral, o qual muitas vezes “se aproveita” dessa realidade para agir impunemente contra os direitos fundamentais dos trabalhadores.

4.2 Associação Cultural Moinho da Juventude e o surgimento do projecto “Sabura”

O movimento associativo cabo-verdiano em Portugal surgiu em 1970, a partir da criação da Casa de Cabo Verde que, na altura, ajudava os cabo-verdianos recém-chegados a integrarem-se na sociedade portuguesa.

É de se destacar a importância do trabalho feito por esta e outras associações cabo-verdiana que vieram a surgir posteriormente. As associações têm mostrado uma forte vitalidade e força organizativa na promoção de diversas acções dos direitos de imigrantes e,

simultaneamente, reabilitadoras da sua imagem na sociedade portuguesa (Semedo, 2008). Neste sentido, é de se destacar a Associação Cultural Moinho da Juventude como um exemplo ilustrativo na promoção sociocultural e integração dos imigrantes no contexto português.

No entanto, o processo da criação e desenvolvimento da Associação não foi pacífico, registando-se vários conflitos entre moradores e autoridades locais.

“Foi há 25 anos, no dia 1 de Novembro de 1984, que os moradores da Quinta do Outeiro se reuniram e definiram um plano para conseguir a instalação de água e esgotos para 900 moradores da Cova da Moura. Os primeiros passos foram pensados num sótão e a seguir numa casa abarracada, na Rua de São Tomé. Nessa altura, em 1985, tínhamos já uma biblioteca que contava com 700 leitores. Foi um momento de grandes esperanças e de velhas lutas. De imediato juntaram-se a nós inúmeras empregadas domésticas, que exigiam melhores condições de trabalho e de vida e que queriam reunir-se com o Sindicato do Serviço doméstico para lutar por essas causas. Foi um importante passo, que teve resultados e impactos até hoje. Foi da luta traçada em conjunto, que se criou oficialmente o Moinho da Juventude em 1987 (Plano de Actividades, 2010).

Nasceu em 1984, resultante de um trabalho informal de animação e de apoio às crianças, à organização de mulheres e de luta pelo saneamento básico, desenvolvido por uma iniciativa de um grupo de moradores liderado por um casal que se instalou no bairro em 1982. Trata-se do açoriano Eduardo Pontes e sua mulher Lieve, psicóloga de nacionalidade belga.

A **Associação Cultural Moinho da Juventude** assume-se hoje como um projecto comunitário que procura, acima de tudo, melhorar as condições de vida dos residentes. A sua oficialização aconteceu em 1987 e é, actualmente, reconhecida como instituição particular de Solidariedade Social (IPSS)¹².

Na sua constituição, conta com uma Assembleia Geral, uma Direcção Administrativa e uma Direcção Fiscal. Conta ainda com os membros efectivos que são os residentes do bairro que pagam anualmente a cota e os membros contribuintes que vivem fora do bairro, mas que contribuem quando e como puderem, sem obrigação de pagar as cotas.

Os funcionários que trabalham na associação são geralmente técnicos qualificados e semi-qualificados designadamente, psicólogos, assistentes sociais, educadores, mediadores socioculturais, desportivos, etc.

¹² www.moinhodajuventude.pt

A Associação actua de uma forma integrada, abrangendo os sectores sociais, educativos, culturais, económicos e de reabilitação do bairro, envolvendo crianças, jovens, adultos e idosos.

As várias actividades desenvolvidas pela associação encontram-se organizadas em cinco eixos de intervenção: sociocultural, socioeducativo, socioprofissional, informação e apoio jurídico e qualificação ou requalificação do bairro.¹³

Em relação ao primeiro eixo, a associação tem vindo a desenvolver um leque variado de actividades, tais como a prestação de serviços de aconselhamento sobre habitação, emprego, questões de segurança social e serviços sociais, actividades lúdicas e culturais que, para além de permitirem a preservação e divulgação da cultura de origem dos moradores, constituem também uma forma de prevenir a delinquência. A nível cultural podemos destacar vários grupos empenhados num vasto número de actividades como o grupo *rap*, o grupo de música tradicional cabo-verdiana, o “Batuque Finka Pé” e o grupo responsável pela organização das festividades cabo-verdianas de S. João Batista, “Cola San Jon”.

No âmbito socioeducativo, a associação desenvolve projectos com crianças, jovens e adultos que visam proporcionar e aumentar as suas qualificações escolares e sociais, dos quais se pode relevar as actividades do infantário, acompanhamento escolar, actividades pós-escolares, projecto de ATL, colónias de férias e alfabetização dos adultos. A esta lista pode ainda incluir-se o espaço de convívio, a constituição de grupos desportivos (equipas de futebol, andebol, basquetebol e atletismo), assim como fóruns de discussão de problemáticas como o racismo, a toxicodependência, o alcoolismo, a violência e a criação de programas de intercâmbio cultural com outros países europeus e africanos que, normalmente, mobilizam um grande número de jovens.

Ao nível socioprofissional, a formação é encarada como uma das vias mais importantes para se desenvolver as potencialidades e capacidades de uma comunidade. Daí que tenham sido implementados vários cursos de formação profissional, destinados sobretudo às mulheres e jovens em situação de risco, em relação aos quais se destacam algumas iniciativas como cursos de corte e costura, de serviço doméstico, curso de mediadores sociais, entre outros.

No que toca à informação e apoio jurídico, foram criados serviços qualificados que visam responder às necessidades da população. Tendo em conta o número de imigrantes existentes no bairro e, também, o número de jovens nascidos em Portugal por legalizar, o

¹³ www.moinhoda juventude.pt.

apoio às famílias no processo de legalização é fundamental. Existe ainda o gabinete de serviço social que desenvolve um conjunto de esforços na resolução de situações problemáticas vividas pela comunidade como habitação precária, baixo rendimento, dificuldade de acesso aos serviços, etc.

Em relação à qualificação do bairro, a luta pela sua reconversão tem sido uma das grandes batalhas da comissão de moradores tendo, por isso, a associação criado o núcleo de requalificação do bairro, onde se integra o Projecto “Sabura”, o qual constitui objecto deste estudo.

Na concretização dessas actividades, a associação conta com o serviço de voluntariado e apoio de vários parceiros que integram entidades públicas e privadas e diversas organizações sobretudo ao nível do *empowerment* e da partilha de experiências, dos quais se destacam os seguintes:

- Centro Regional da Segurança Social; Centro de Emprego da Amadora; IEFP; EFA; PORLVT, EQUAL; Câmara Municipal de Amadora; Junta de Freguesia da Buraca; Junta de Freguesia da Damaia; Junta de Freguesia de S. Catarina (Lisboa); Escolas do Concelho de Amadora; Ministério de Educação; CDRLVT; ACIME; IPJ; PSP; Santa Casa da Misericórdia; Associação Solidariedade "Vencer"; Ass. Clube Desportivo; Ass. Moradores; Centro Social S. Gerardo; Centro de Saúde da Buraca / Damaia / Reboleira; Equipa de Psiquiatria do Hospital Amadora-Sintra; AERLIS; AIP; Pastoral dos Ciganos; AEIPS¹⁴.

Conta também com a colaboração de várias universidades nacionais e internacionais no desenvolvimento de vários estudos e projectos considerados pertinentes para o bairro. De realçar a colaboração de universidades como Barefoot College (Tilona - Índia); Universidade de Amsterdam (Países Baixos); Universidade de Brussel (Bélgica); Universidade de Coimbra e ISCTE.

O trabalho da Associação tem sido divulgado nos meios de comunicação social e é destacado como exemplo de boas práticas de intervenção e mudança social, assim como uma organização eficiente e bem sucedida, gerindo um leque razoável de recursos. Isso deve-se ao facto da Associação ter conseguido entrar em redes de financiadores nacionais e internacionais (Horta, 2008).

¹⁴ www.moinhodajuventude.pt

4.3 - O Projecto “Sabura” e a sua contribuição para o desenvolvimento local

A palavra “Sabura” é uma expressão cabo-verdiana que significa “apreciar aquilo que é bom, saborear e conviver”¹⁵.

O Projecto “Sabura”, desenvolvido desde 2004, constitui uma das principais propostas para a requalificação do bairro. Inspirado nas experiências desenvolvidas em outros contextos de intervenção, nomeadamente em bairros sociais de Joanesburgo, África do Sul e em Den Haag, nos Países Baixos, tem como principal objectivo mostrar que a realidade no bairro é bem diferente daquela que é apresentada pela comunicação social, onde se confundem acontecimentos pontuais e fracturantes com o quotidiano das pessoas¹⁶.

O projecto visa contrariar a imagem negativa passada pela comunicação social através da promoção de roteiros pelo bairro, com o objectivo de mostrar o património cultural e humano do bairro e toda a sua riqueza étnica.

Segundo Costa (2004), trata-se de uma iniciativa que pretende especificamente o seguinte:

- Promover na opinião pública uma ideia positiva do bairro e dos seus moradores;
- Proporcionar oportunidades de descobrir as potencialidades do bairro, e suas mais-valias;
- Realçar a cultura da cova da moura (batuque kola São João, comida africana cabeleireiro música e dança);
- Valorizar e estimular o comércio/actividades económicas do bairro.

Uma das principais vertentes do projecto prende-se com a dinamização da actividade económica do bairro, envolvendo vários estabelecimentos comerciais que integram o projecto. Através de um roteiro guiado é possível conhecer e contactar com os restaurantes e a gastronomia tradicional cabo-verdiana, as mercearias e produtos exóticos, os cabeleireiros com a sua arte, a música e o artesanato, entre outras variedades culturais típicas de Cabo Verde. Com este roteiro as pessoas terão oportunidade de conhecer Cabo Verde e um bocadinho de África sem sair de Portugal¹⁷

¹⁵ www.moinhoda juventude.pt

¹⁶ Artigo - Sabura, um projecto de afirmação identitária e comunitária na Cova da Moura . Equipa do Sabura (s/d).

¹⁷ Artigo –“Sabura” um projecto de afirmação identitária e comunitária na Cova da Moura. Equipa do “Sabura” (s/d).

Embora visível a importância do Projecto “Sabura” para o desenvolvimento local, a sua implementação não foi pacífica. Foi preciso um trabalho árduo de sensibilização e conscientização dos moradores e de conquista dos parceiros para apoiar na implementação do projecto.

Com uma população sensibilizada e conscientizada foi possível proceder um levantamento exaustivo de toda a oferta cultural existente no bairro, incluindo o sector da música, restauração, cabeleireiro e toda gama de produtos africanos disponíveis (Costa, 2004).

Na brochura de divulgação dos produtos são destacados produtos “étnicos” que vão desde gastronomia (cachupa, moamba, caldo peixe, doce de coco etc.) e da venda de produtos de origem africanos (como sejam, o feijão pedra, o feijão Congo, o grogue e o ponche) até a arte dos cabeleireiros, a música e oferta de aulas de dança típica africana.

O projecto é visto como uma oportunidade ao nível social de abertura ao exterior. É “uma forma de mostrar o que de bom tem o bairro e, também, uma oportunidade de natureza económica para o desenvolvimento empresarial local. O consumo dos visitantes facilita a viabilização económica das iniciativas empreendedoras e geradoras de rendimento.

Reconhecendo a importância do projecto na promoção do turismo étnico e criação de dinâmicas locais de desenvolvimento a nível económico, social e cultural, os empresários abraçaram ao projecto e abriram as portas às visitas de “estranhos” ao bairro.

De acordo com os dados fornecido pelo responsável do projecto, o tipo de turista que visita Cova da Moura são sobretudo provenientes de países europeus e estudantes ou grupos de investigação, entidades governamentais e não governamentais, associações, pessoas apaixonadas pelos produtos exóticos e abertas ao multi e interculturalismo.

Para reforçar o contingente dos turistas foram estabelecidos contactos com algumas agências de viagem estrangeiras, nomeadamente da Alemanha, Bélgica e Holanda e o resultado é visível.

O turismo étnico fomentado pelo Projecto “Sabura” surge, também como uma forma de protesto e uma proposta dos moradores para requalificação urbana que contraria a ideia inicial da Câmara Municipal da Amadora em demolir o bairro.

No ponto que se segue pretende-se descrever e analisar as actividades promovidas pelo projecto e mostrar como podem ser melhoradas de forma a potencializar o desenvolvimento local.

4.3.1- Actividades desenvolvidas

O Projecto “Sabura” desde o início da sua criação vem desenvolvendo inúmeras actividades que visam satisfazer as necessidades da população local.

a) Actividades Formativas

O projecto desenvolve acções formativas no domínio de corte e costura/serviços domésticos, mediação sociocultural, serralharia e construção civil, mecânica, bate-chapa e reparação de electrodomésticos¹⁸. É de referir que a educação e a formação profissional desempenham um papel fundamental no processo de desenvolvimento local.

Actualmente, valoriza-se cada vez mais o emprego qualificado. Há cada vez mais empresas interessadas em ter quadros qualificados para melhorar a qualidade no processo de produção e prestação de serviços, aumentar a competitividade, e conquistar o maior número de mercados possíveis. A formação profissional pode ser um instrumento determinante para dar respostas a essas necessidades das empresas e do mercado de trabalho, contribuindo também para uma melhor integração social.

As escolas e as instituições secundárias e de formação profissional e superior devem trabalhar em colaboração com as associações locais da comunidade da Cova da Moura no sentido de criar mais oportunidades de formação destinadas aos jovens. Deve-se igualmente, incentivar iniciativas empresariais geradoras de emprego.

b) Visitas guiadas

As visitas guiadas têm como objectivo abrir as portas ao exterior para dar as pessoas oportunidade de satisfazer as suas curiosidades e conhecer a Cova da Moura em todos os seus aspectos. Nestas visitas destaca-se o "ROTEIRO DAS ILHAS", onde é organizado uma viagem imaginária às Ilhas de Cabo Verde, em que as tradições e as culturas vão sendo recriadas através de visitas guiada aos estabelecimentos comerciais, alguns serviços e às principais artérias do bairro, dando aos visitantes a oportunidade de conhecer e apreciar a literatura, a moda, a música, a dança, a gastronomia, e a cultura cabo-verdiana em geral.

Esta actividade contribui para potencializar o desenvolvimento do turismo na região. Para pessoas da comunidade portuguesa e europeia que não conhecem Cabo Verde, esta é uma forma de visitar o país e desfrutar da sua “morabeza” por um custo muito mais reduzido, pois Cova da Moura pode ser considerado um pedaço de Cabo-Verde em Portugal.

¹⁸ www.moinhoda juventude.pt.

O relato feito por várias pessoas que visitam o Bairro demonstra, claramente, o grau de satisfação e a forma como a visita contribuiu para mudar certos preconceitos que tinham acerca do local:

"Gostei imenso desta actividade/visita. Foi um olhar diferente sobre este local, e levo comigo uma boa recordação. O que levo comigo, é que aqui sim, somos todos iguais e é de certa forma um local que nos faz crescer, lutar e sobreviver (Célia Fernandes, Maio de 201)¹⁹.

"O carácter do Bairro e o apego dos habitantes a um espaço que, não tendo as melhores condições de habitabilidade, já tem uma longa história. As condições "escondidas" do bairro (os serviços, os espaços comunitários, as associações) que resultam de um grande esforço e vontade dos habitantes tornam o bairro muito mais amigável do que a ideia que as pessoas geralmente têm antes da visita. Apesar de tudo, o bairro da Cova da Moura parece um bom sítio" (Joana Gomes, Fevereiro de 2010)²⁰.

"O bairro da Cova da Moura é alegre, seguro, tem gente boa, comida boa, muita cultura e carácter!" (Teresa Fernandes, Fevereiro de 2010)²¹.

c) Animação sociocultural

O projecto envolve actividades artísticas e culturais, contínuas e ocasionais: ateliê de pintura de azulejos, workshops de Produção de Hip-hop e de dança – breakdance, fotografia, festas, dinamização dos estabelecimentos, etc.²²

Com a realização destas actividades pretende-se promover o convívio entre as várias gerações de moradores do bairro e desenvolver a auto-estima, a espírito crítico e fomentar o cuidado dos espaços comuns no Bairro.

Essas actividades têm revelado uma grande sensibilidade para valorização dos recursos endógenos considerados fundamentais para o desenvolvimento.

Segundo Palma e Dias (2001), estes tipos de animação constituem práticas sociais e culturais que visam estimular e incentivar a iniciativa e a participação das populações no processo do seu próprio desenvolvimento. Para estes autores a animação local para o desenvolvimento não é uma prova de 100 metros, mas sim uma verdadeira maratona. É um processo inacabado. Efectiva-se e reforça-se à medida que outros aderem à dinâmica. Com

¹⁹ "Sabura" Relatório das visitas 2004-2006

²⁰ Idem

²¹ Idem

²² Entrevista ao responsável do projecto.

efeito, só poderemos falar em desenvolvimento local se essas dinâmicas tiverem criado ou fortalecido vários projectos locais, mantendo todos eles associados ao mesmo processo de animação social e cultural. Acreditam ainda que:

“Apenas um processo assim, ou seja, capaz de multiplicar contactos, de fazer circular as informações de forma rápida e adequada, proporcionando momentos de debate e de reflexão, impulsionando iniciativas e aprofundando saberes e conhecimentos, poderá transformar um projecto de desenvolvimento territorial numa dinâmica colectiva e localmente assumida. Afirmando ainda que esta é a dinâmica de fundo que é necessária imprimir aos territórios mais deprimidos marcados pelo isolamento.” (Pala & Dias, 2001:54).

É este tipo de dinâmicas necessária para complementar e incrementar as actividades promovidas pelo Projecto “Sabura” na localidade da Cova da Moura.

d) Intercâmbio

Esta actividade permite conhecer outras pessoas cultura e civilizações.

“O projecto tem organizado vários intercâmbios, sobretudo com jovens oriundos de outras localidades, dando-lhes a conhecer aquilo que o bairro tem de bom e do melhor, contribuindo, deste modo, para o desaparecimento de algumas ideias preconceituosas e denegridas do bairro” (ent.2).

O responsável do Projecto “Sabura” na entrevista realizada no âmbito deste trabalho revelou que todas as actividades tiveram uma participação muito boa por parte da população.

“As actividades têm demonstrado resultados bastante positivos, especificamente no desenvolvimento e descoberta da arte como forma de expressão, na mudança de mentalidades e na mitigação de preconceitos relativamente ao Bairro da Cova da Moura” (Responsável do projecto).

O projecto tem dado grande contributo no sentido de melhorar as condições dos residentes e a imagem do bairro. Contudo, para obter melhores resultados e potencializar o desenvolvimento do bairro, o projecto precisa de apoio vindo do exterior, nomeadamente das autoridades locais, nacionais e do próprio Governo.

“Se a maioria das pessoas têm uma ideia negativa do bairro, porque não apostar na sua qualificação?” (ent.13).

Relativa aos intercâmbios realizados, é importante saber absorver a cultura local visitada, suas experiências e tudo que possa ser útil e inovador. É importante também divulgar, nesses intercâmbios, a cultura da Cova da Moura, o trabalho realizado e a necessidade de obter mais recursos e parceiros para dinamizar cada vez mais as actividades.

Este tipo de actividade estreita laços e assim poderá surgir oportunidades de parcerias, oferta e troca de recursos. Os autores defensores do desenvolvimento local, como Amaro (1990), destacam a importância da articulação entre os recursos endógenos e exógenos como forma de promover o desenvolvimento local.

Muitas vezes os recursos locais são escassos, então haverá necessidade de aproveitar os recursos exógenos para fomentar os recursos endógenos e trabalhar em regime de parceria. Tem se constatado que o projecto precisa de mais parceiros externos e recursos exógenos para se desenvolver adequadamente.

4.3.2 Análise do projecto, na perspectiva do desenvolvimento local

A análise da contribuição do Projecto “Sabura” para o desenvolvimento local centrou-se nos seguintes princípios considerados mais importante.

- a) Satisfação das Necessidades,
- b) Participação da População;
- c) Trabalho em Parceria;
- d) Processo de Transformação e Mudança.

a)-Satisfação das necessidades

A equipa do projecto, apesar de conhecer as principais necessidades da comunidade, teve em consideração os estudos feitos sobre reais necessidades da população. Estudos esses realizados pela Câmara Municipal de Amadora, Empresa Vasco da Cunha e Associação Cultural Moinho da Juventude.

Em geral as pessoas inqueridas ligados ao processo consideram que este projecto contribui para a satisfação das necessidades da comunidade

“O projecto tem ajudado no desenvolvimento social e económico do barro, respondendo as necessidades da população” (entrevista ao responsável do projecto).

“As necessidades superadas prendem-se essencialmente com as necessidades económicas e sociais da comunidade da Cova da Moura” (Ent. Responsável do Projecto).

No entanto quando são mais específicas referem sobretudo que o projecto respondeu as necessidades relativas:

Ao sucesso do negócio,

“Passei a ser mais conhecido, isto fez aumentar o volume das vendas. Vejo que os meus produtos estão a ter mais saídas no mercado graças ao trabalho desenvolvido pelo Projecto “Sabura”(ent.1).

“O projecto trouxe-me novos cliente, constituídos na sua maioria pelos portugueses e turistas que procuram conhecer a nossa gastronomia e a nossa cultura. Ajudou-me na divulgação do meu negócio através da edição de uma revista contando a minha história de vida e do meu negócio. Participei também em filmes e programas televisivos. Tudo isso contribui para divulgar a minha imagem, meu negócio e a do Bairro tanto dentro como fora do país” (ent.3).

A formação e qualificação,

“ Senti a necessidade de uma formação para melhor desempenhar o meu trabalho e satisfazer os meus clientes, pedi apoio ao projecto e graças a eles tenho formação na área de cabeleireiro” (ent. 7);

“O projecto tem ajudado na capacitação das pessoas, inculindo-lhes responsabilidades e trabalhando numa base de “empowerment”. ” (ent. Responsável do projecto);

“Tenho aqui o meu diploma e quando as pessoas vêm já confiam mais nas minhas capacidades e no trabalho que faço. Tive alguma evolução porque comecei a trabalhar melhor e a aplicar na prática o que apreendi na formação” (ent4).

Ao emprego e a sua remuneração mais satisfatória,

“ Muitas pessoas passaram a ter um emprego melhor com salário mais gratificante”(entr.5);

“...o projecto ajudou muita gente a abrir o seu negócio e a ter o seu próprio emprego”(ent 13).

A obtenção de documentos,

“O projecto tem ajudado muitas pessoas no processo de obtenção de nacionalidade portuguesa e título de residência”(ent 17).

Ao amento de segurança, vêm

“Segurança no bairro é uma das maiores necessidades que tínhamos...já melhorou muito mas ainda precisa melhorar mais” (ent 3);

A fixação de placas com nomes dos restaurantes

“Recebemos do projecto placas contendo nomes dos nossos estabelecimentos e cartão de identificação para oferecermos os visitantes e pessoas amigas”

A concepção de cartões-de-visita,

“Ajudou-me na concepção e reprodução de cartões-de-visita para o efeito de publicidade e distribuição junto aos turistas” (ent.2).

Contudo no que se refere a outros tipos de necessidades básicas em domínio como saúde, saneamento, construção de infra-estruturas básicas, bens e serviços etc., os entrevistados não se manifestaram.

Em relação à satisfação das necessidades fundamentais da comunidade, o Projecto “Sabura” é obviamente insuficiente, mas conjuntamente com outras actividades levadas a cabo pela Associação Cultural Moinho da Juventude tem contribuído para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população residente.

O trabalho desenvolvido pelo projecto consiste na promoção de uma imagem positiva do bairro, divulgar as potencialidades e a cultura cabo-verdiana e estimular as actividades económicas do bairro. Deixando as outras vertentes do desenvolvimento à responsabilidade da associação.

A Associação Cultural Moinho da juventude tem prestado um serviço bastante satisfatório com vista a satisfazer as necessidades e os interesses da população. De entre as actividades e serviços prestados pela associação destacam-se as seguintes:

- Centro de atendimento a crianças entre os 0 a 3 anos de idade;
- Jardim-de-infância;
- Programa de apoio aos doentes dos PALOP;
- Actividades Tempos Livres (ATL);
- Apoio escolar; Espaço jovem; Alfabetização;
- Acções de formação e cursos variados;
- Unidade de Inserção para a vida activa (UNIVA);
- Pólo do Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências;

- Apoio a mães adolescentes Gabinete de legalização;
- Membro da comissão de protecção de menores;
- Centro de Formação Profissional (reconhecido pelo IQF);
- Centro de documentação Stanislas Tomkiewicz e Biblioteca “António Ramos Rosa”;
- Lar da Terceira Idade e Escola Primária EB1/JI da Cova da Moura;
- Centro Infantil S. Gerardo; *Ateliês* de desenho e reciclagem e salão de espectáculos;
- Centro Social e Paroquial N.ª Sr.ª Mãe de Deus da Buraca;
- Campo polidesportivo para actividades desportivas, recreativas e de lazer;
- Divulgação da cultura de Cabo Verde, através da promoção e venda de livros de autores cabo-verdiano²³.

Em todos esses serviços trabalham pessoas que residem dentro e fora do bairro, mas são, na sua maioria, pessoas que vivem no bairro e que receberam formação adequada para tal. Facilita também a criação de empregos para algumas pessoas com baixa qualificação, fazendo com que se sentem social e profissionalmente integradas.

b) Participação da população

A Maioria dos entrevistados reconhece e confirma que, desde inicio das suas actividades, a equipa do projecto tem convidado, incentivado e mantendo a população informada e participativa em todas as actividades desenvolvidas. Actividades como reuniões de diagnóstico, implementação e avaliação de programas e projectos, formação, actividades socioculturais, ateliers workshops, actividades desportivas, recreativas, concursos, festas, filmes, programas televisivos, edição de livros, jornais, revistas etc.

“Já participei em várias reuniões dos assuntos que dizem respeito ao desenvolvimento do Bairro e algumas actividades culturais” (ent.10).

“Participo normalmente em todas as actividades onde sou convidado. Tenho uma presença mais activa ao nível do desporto e jogos tradicionais” (ent.11)

Os que não participam ou que participam com menos frequência, confirmaram ter recebido convites, mas alegaram falta de tempo para participar. Contudo, demonstraram um grande interesse em participar.

²³ www.moinhoda juventude.pt

“Já participei em algumas actividades e gostava de participar mais, mas o meu horário de trabalho não me permite. Convidaram-me para participar num concurso entre nós os cabeleireiros do bairro, mas não cheguei a participar por falta de tempo” (ent.7)

As pessoas que participam com maior frequência nas actividades são aquelas que possuem outras pessoas da família que podem tomar conta do seu negócio no momento da sua ausência. Os que pouco participam não tem essa possibilidade.

É importante dizer que a participação nas actividades é bastante facilitada pelo facto da população ser de fácil mobilização e devido a concentração das actividades no bairro, bem próximo das moradias e negócios dos participantes.

Outro motivo que facilita a participação é porque os assuntos tratados nas actividades dizem respeito ao interesse pessoal e comunitário, onde todos podem tirar benefícios. A população da Cova da Moura é bastante concentrada e as pessoas são relativamente unidas.

Portanto, há maior possibilidade de envolvimento e contactos frequentes de duas ou mais vezes por dia. Este facto não só facilita a comunicação como também a participação. Para, além disso, pode haver possibilidade de realizações de actividades num ambiente informal como, por exemplo, sentado num café, na esquina de uma rua ou em casa de um dos moradores.

“Em colaboração com a iniciativa de promoção da leitura são organizadas sessões de contos, leituras de histórias e actuações de free-style a realizar no bairro nomeadamente nos restaurantes do Sabura que integrarão também uma série de eventos de dinamização do espaço público (plano de actividades “Sabura 2008”).

A participação das pessoas nas actividades culturais, reuniões é bastante expressiva. Em termos reais, e segundo este princípio teórico da participação, consta-se que alguns pontos precisam ter uma melhor atenção. Verifica-se alguns indícios de participação mais activa, mas é necessário mergulhar ainda mais neste processo.

No processo participativo, as pessoas precisam não só ter o controlo de todas as situações, mas também estar envolvidas e saber envolver toda a comunidade, na responsabilidade colectiva, na tomada de decisões, na busca de melhores soluções com vista a conseguir atingir um objectivo comum para a comunidade em geral.

Consiste também em dar poder às pessoas para poderem sentir autónomos convictos e prestativos. Dar as pessoas oportunidade de se mostrarem que são capazes, que as suas opiniões são válidas, que a sua presença é indispensável e que a sua ausência em determinadas circunstâncias pode contribuir para tomadas de decisões pouco adequadas.

c)Trabalho em parceria

Ao pretender-se elaborar, implementar e avaliar um projecto de desenvolvimento é importante estabelecer parcerias com outras instituições, ONG, autoridades locais e/ou regionais. Deve-se envolver muitos agentes na sua preparação, pois englobam problemas bastante sensíveis e complexos que não são fáceis de serem resolvidos por uma única instituição.

Quando se fala de parceria, esta não se restringe apenas a participação nas pequenas reuniões de informação, consiste também na construção de pontes e interfaces entre os elementos que facilitam a intervenção no terreno.

As parcerias entre várias instituições possibilitam a construção e abordagens de ideias a vários níveis que contribuem para uma execução de programas e projectos com base na eficácia e sustentabilidade.

O Projecto “Sabura” tem como “parceiros” os vinte e quatro estabelecimentos comerciais do bairro. Esses estabelecimentos comerciais pagam mensalmente uma conta e conjuntamente com a equipa do projecto dinamizam diversas actividades do Bairro.

Nota-se que o tipo de parceria que se diz estabelecer entre o projecto e os vinte e quatro estabelecimentos comerciais é de carácter económico. A parceria propriamente dita e conforme defende os teóricos já mencionados neste trabalho vai muito mais além do que este praticado pelo projecto.

A parceria propriamente dita deve envolver mais pessoas, instituições, Estado que participam em todo o processo, desde a elaboração e implementação até a avaliação de projectos de desenvolvimento.

Neste processo deve haver uma relação entre a sociedade e o Estado. Desta feita, as parcerias tendem a ser inovadoras e mobilizam muito mais recursos.

Neste ponto, nota-se uma certa fragilidade do Projecto em relação às parcerias. Por isso, a mobilização dos parceiros constitui um dos seus principais desafios. Há necessidade de envolver mais parceiros, nomeadamente a Câmara Municipal de Amadora, a Junta de Freguesia da Buraca e Amadora, Ministério da Educação e outras instituições capazes de estabelecer parcerias com entidades que desenvolvem iniciativas desse género.

Tem se constatado o esforço e algumas tentativas e contactos por parte da equipa do Projecto e os “denominados parceiros” no sentido de incentivar as entidades a estabelecerem parcerias, mas o efeito desejado é ainda pouco visível.

É importante salientar que, apesar de o projecto não ter o número desejado de parcerias, tem causado um impacto positivo tanto dentro como exterior ao bairro.

É notável que a Associação Cultural Moinho da Juventude desde os anos 80 estabelece parcerias com um número razoável de instituições²⁴:

- Centro Regional da Segurança Social
- Centro de Emprego
- FSE; IEFP; EFA, PORLVT, EQUAL
- Câmara Municipal de Amadora
- Junta de Freguesia da Buraca
- Junta de Freguesia da Damaia
- Junta de Freguesia de S. Catarina (Lx)
- Escolas do Concelho de Amadora
- Ministério de Educação
- CDRLVT
- ACIME
- IPJ, SVE
- PSP
- CLAS, Rede Social
- Santa Casa da Misericórdia
- AJPAS; Ass. Solidariedade "Vencer",
- Ass. Clube Desportivo; Ass. Moradores; Centro Social S. Gerardo
- Centro de Saúde da Buraca / Damaia / Reboleira e Olá Jovem
- Equipa de Psiquiatria do Hospital Amadora / Sintra
- AERLIS; AIP
- Pastoral dos Ciganos; AEIPS;

A associação conta também com a colaboração de várias Universidades²⁵:

- Universidade de Lisboa: Faculdade de Ciências de Educação; Faculdade de Psicologia
- UTL: Faculdade de Arquitectura
- Lusófona: Faculdade de Psicologia
- Universidade Nova de Lisboa (Antropologia)
- ISCTE
- Univ. de Coimbra

²⁴ www.moinhoda juventude.pr

²⁵ www.moinhoda juventude.pt

- Univ. do Porto
- Univ. do Algarve
- Univ. de Leuven (Bélgica)
- Univ. de Brussel (Bélgica)
- Univ. de Amsterdam (Países Baixos): Projecto CREDIT
- Barefoot College (Tilona - Índia)

Em relação aos protocolos tem acordos assinados as seguintes instituições²⁶:

- Escola de Enfermagem Calouste Gulbenkian
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- Instituto de Reinserção Social

d) Processos de transformação e mudança

As transformações sociais provocadas pelo efeito da modernidade trouxeram mudanças de várias ordens. Mudanças essas que obrigam o homem a modificar ou adaptar o seu estilo de vida para poder acompanhar o ritmo das grandes transformações que afectam todas as esferas da vida humana: economia, política, ambiente, cultura, sociedade e mesmo as relações interpessoais.

É de se louvar as mudanças conseguidas e as contribuições para o desenvolvimento social e melhoria das condições de vida da população mundial.

Cova da Moura no início da sua formação (1940) não era mais do que terra de cultivo, (trigo) onde havia numa extremidade uma vacaria, local denominado de *Quinta de Outeiro*, e noutra extremidade uma pedreira, situada junto à Avenida da República. A vida era por demais miserável e difícil, pois não havia água, esgotos, electricidade, telefone, arruamentos, etc.

“Antes o bairro não tinha nome das ruas, água, energia...” (ent.5).

Apesar das dificuldades, os moradores foram aumentando em número e em qualidade, construíram casas, famílias predispondo-se a lutar na esperança de poderem continuar a fazer deste local, a sua nova morada, acreditando e desejando que seja feita a recuperação do bairro, pois as construções aumentaram desordenadamente e sem um saneamento básico desejado.

As conquistas foram conseguidas aos poucos graças aos esforços demonstrados pelos moradores e apoios de diferentes instituições como a Câmara Municipal de Amadora vem

²⁶ Idem

prestando no sentido de reconstruir o bairro e oferecer uma vida digna para os seus humildes moradores.

As condições de vida da população da Cova da Moura melhoraram significativamente. No relato dos entrevistados pode-se constatar esse facto:

“...mas com a ajuda do Projecto “Sabura” Cova da Moura já tem água, energia eléctrica.” (ent.17).

“O bairro tornou-se bastante atractivo. Houve melhoramento das ruas, reabilitação de casas, construção de novas casas com melhores condições, os que lá vão sempre voltam e levam amigos e familiar... Maior reconhecimento por pessoas de fora tanto a nível nacional como internacional. (ent.12)

“Uma das maiores conquistas do projecto foi ter conseguido reunir todos os comerciantes e micro empresários do bairro em torno de um objectivo que é dinamizar a actividade económica do bairro. Conseguiu-se potenciar o desenvolvimento e mudança da imagem negativa que as pessoas têm do bairro”. (ent.2)

“Quando cheguei a Cova da Moura vi as placas de identificação das ruas e ouvi dizer que foi realizado pelo Projecto Sabura,” (ent.3)

As mudanças ocorridas melhoraram as condições de vida não apenas em termos da imagem física do bairro, infra-estruturação, melhoria das condições económicas, mas também em termos emocionais e comportamentais.

“Tem contribuído para maior segurança e tranquilidade dos residentes e visitantes, isto é fundamental para o bem-estar das pessoas. As coisas mudaram muito, porque antes não tínhamos tantas visitas das pessoas de fora” (ent 1).

“O comportamento das pessoas mudaram para melhor houve mais respeito, as pessoas passaram a ser mais educados no relacionamento com os outros. O projecto já formou várias pessoas em diversos ramos. Acho que acções desse tipo contribuem para o desenvolvimento do bairro” (ent.5)

“ Muitas coisas mudaram e as pessoas passaram a ter outro tipo de comportamento, fazendo com que o bairro se tornasse mais seguro, mais limpo e mais aberto ao exterior... Isto é um orgulho para todos os residentes” (ent. 19).

“Muitas coisas que antes aconteciam agora diminuíram significativamente (ex: vandalismo, roubos, tráfico de droga, muitas pessoas de fora que não vinha cá, agora estão a frequentar o bairro etc.) ” (ent 18).

Em relação à mudança de atitudes e comportamentos é importante dizer que uma equipa de 30 jovens da comunidade e não só receberam a formação para serem "Agentes de Mudança" no domínio da toxicodependência, gravidez na adolescência, prevenção da criminalidade, violência, vandalismo, promoção de hábitos de vida saudáveis; desenvolvimento e aperfeiçoamento de competências sociais; responsabilização dos jovens pelas situações diversas; resolução de conflitos; etc.

O trabalho desenvolvido com crianças jovens e adultos pelos animadores sociais, assistentes sociais, psicólogos e outros técnicos das áreas afins, pretende prevenir desde a tenra idade situações vividas hoje por muitos jovens da comunidade. Em relação a estes faz-se um trabalho no sentido de evitar complicações futuras.

A envolvimento das famílias no trabalho e actividades promovidas é de extrema importância, pois ajudam na compreensão de histórias de vida dos indivíduos que fazem parte dela e também no processo de recuperação e saída das situações problemáticas.

Na avaliação das actividades com vista a verificar o impacto dos trabalhos realizados no terreno constatou-se que houve uma grande envolvimento dos jovens considerados de risco e portadores de comportamentos desviantes; desenvolvimento de competências sociais e pessoais; solidariedade; espírito de equipa; respeito para com os outros; auto-estima; autoconfiança etc.

Sobre estes assuntos todos os entrevistados partilham da opinião de que o trabalho desenvolvido pelo Projecto “Sabura” tem demonstrado resultados positivos. A violência, o vandalismo, a criminalidade e o tráfico de droga que antes faziam parte do quotidiano das pessoas, sobretudo do dia-a-dia dos jovens que perturbavam a paz e tranquilidade dos residentes, nos dias de hoje esses problemas pouco se faz sentir no seio da comunidade.

Um número significativo destes jovens conseguiu libertar desses problemas e muitos deles prestam hoje trabalhos do género de carácter individuais e voluntário para a comunidade e outros trabalham directamente na Associação Cultural Moinho da Juventude como funcionários efectivos.

Cova da Moura já é hoje um espaço bastante transformado em todos os níveis. As marcas dessa transformação encontram presentes nas instalações da energia eléctrica, rede de água e esgoto, construção de escolas, creches, biblioteca, pólo desportivo para jovens,

associações, empresa; transportes; agência de viagem/ serviços comerciais; discoteca seguros e afins mobiliário; decoração; loja; fotografia tipografia telemóveis e comunicações padaria; Talho; Peixaria; loja de vestuário e calçados; bijutaria; serralharia; construção civil; Oficina de reparações; mercearia; frutaria etc.

Em termos de atitude e comportamento das pessoas mudaram, significativamente, graças às formações e aconselhamentos prestados pelo Projecto “Sabura”.

O Projecto “Sabura” encontra-se perfeitamente enquadrado no modelo teórico defendido por Amaro sobre a qual assenta o paradigma do desenvolvimento local: satisfação das necessidades; participação da população; trabalho em parceria; processo de transformação e mudança.

Segundo Amaro (2001) o desenvolvimento local deve partir da existência de necessidades básicas da população como a educação, a saúde, e o bem-estar material. Necessidades essas não satisfeitas e que se deve procurar dar respostas a partir da mobilização das capacidades da própria comunidade local.

O projecto “Sabura” conseguiu e está a conseguir satisfazer as necessidades individuais e colectivas dos seus beneficiários. Durante a realização das entrevistas constatou-se a alegria, satisfação e contentamento das pessoas quando falam deste projecto. É de se afirmar que o tempo gasto por cada entrevista foi maior do que previsto, pois, mais do que esperado, a conversa foi bastante animada e as informações fornecidas foram extremamente frutíferas. Vejamos alguns aspectos que na visão dos entrevistados foram melhorados:

“Aumento de segurança, policiamento nas ruas envolvimento da população nas actividades do projecto” (ent15);

“O projecto tem força de vontade para satisfazer as necessidades do bairro” (ent 8);

“Acho que o projecto está a conseguir aos poucos passar uma imagem positiva do bairro” (ent 10);

“Além dos contributos em termos da divulgação dos produtos e negócios, o projecto trouxe uma melhoria significativa em termos de segurança e bem-estar das pessoas (ent 14);

“O projecto tem impactos a nível da dinamização da actividade económica do bairro, um processo de reflexividade cultural assente na consciência e o reconhecimento do percurso e do património inscrito no bairro.” (entrevista a responsável do Projecto);

“A qualidade do serviço foi também melhorada, o que representou uma chamada de atenção para potenciais clientes.” (Ent. Responsável do Projecto);

“O projecto é claramente um caso de sucesso, observável nas 3000 visitas recebidas por ano no nosso bairro, todas com uma avaliação bastante positiva da visita e do Bairro” (Ent. Responsável do projecto. Ver, em anexo, o relato de alguns visitantes).

Algumas necessidades que na opinião dos entrevistados não foram satisfeitas vão de encontro aos pontos sobre os quais o projecto precisa melhorar para poder desenvolver cada vez mais Cova da Moura. Esses aspectos são os seguintes:

“É necessário comunicar mais as visitas e fazer com que mais pessoas e instituições visitem a associação e Bairro, de modo a alcançarmos o objectivo principal deste projecto: a alteração do estigma associado ao Bairro da Cova da Moura”. (ent. Responsável do Projecto);

“Envolver mais pessoas e instituições no projecto” (ent 13).

“Deve fazer acompanhamentos e sugerir mudanças necessárias para uma melhor prestação nos serviços como forma de conquistar e satisfazer as necessidades dos clientes” (ent 17);

“Penso que o projecto precisa de mais apoio das pessoas de fora, instituição, governo etc pois precisam também de ajuda”(ent 6.);

“Devem desenvolver mais actividades de apoio, acompanhamento, aconselhamento e ocupação dos tempos livres das crianças e jovens para que possam ter um futuro melhor. Devem também ajudar as pessoas com ideias e iniciativas de negócio para formalizar a sua empresa e conquistar o mercado e fazer algo no sentido de combater o desemprego” (ent.12)“;

“é preciso ousar mais e procurar mais parcerias para o desenvolvimento do projecto. (ent.2);

“A formação sobre higiene e segurança no trabalho é uma necessidade que se constata e que merece uma atenção maior. A melhoria das condições de higiene e segurança a nível do comércio e do próprio bairro em geral é a condição básica para a atracção dos visitantes.” (ent.2.)

Os aspectos que ainda precisam ser melhorados dizem respeito a promoção das visitas; mais apoios e parcerias sobretudo por parte das instituições e organismos do estado; mais serviços que prestam apoio as crianças e jovens; incentivar e ajuda as pessoas que tem iniciativa de negócio e espírito empreendedor; introduzir mais formações como segurança no trabalho e reforçar as formações existentes, nomeadamente sobre higiene.

De seguida vai ser apresentada algumas sugestões para colmatar essas carências e fazer com que o trabalho, as actividades desenvolvidas pelo Projecto “Sabura” ajuda a desenvolver ainda mais Cova da Moura.

Pensa-se que, em relação as visitas, é necessário fazer um trabalho de promoção que envolve pessoas que já visitaram o bairro (pois são os verdadeiros testemunhos) instituições e organismos do Estado. Essa promoção deve ser feita, primeiramente, junto dos habitantes da cidade de Lisboa. Se Cova da Moura faz parte da área geográfica de Lisboa, todos os residentes devem ter a preocupação de passar uma boa imagem da cidade onde vive para outras cidades vizinhas e até outros países.

O Estado em colaboração com a sociedade pode colaborar não só na promoção desta ideia, mas também no estabelecimento de parcerias e na sensibilização das outras instituições a serem parceiros do Projecto “Sabura”. É necessário juntar as forças, iniciativas e recursos para poder imprimir dentro da Cova da Moura mais centro de apoio às crianças e jovens, formação em áreas diversas, programas de apoio e incentivo ao empreendedorismo.

Actualmente, o empreendedorismo encontra-se, no centro das atenções e tem desenvolvido inúmeras actividades, dinâmicas, nomeadamente no que diz respeito ao sistema de ensino que tem desenvolvido alguns programas no sentido de qualificar pessoas capazes de criar novas iniciativas ou de desenvolver novas oportunidades. O empreendedorismo já provou ser uma grande solução para muitos dos problemas individuais e sociais que, maioria das vezes, instituições e governo não conseguem resolver.

Fala-se também de empreendedorismo social. Os empreendedores sociais segundo Rodrigues (2009) *“são agentes de mudança, pioneiros ao serviço da Humanidade. Estas figuras provam que uma pessoa pode fazer a diferença. Numa altura em que se conjugam as ameaças decorrentes das alterações climáticas e da escassez de recursos naturais com os flagelos da pobreza e da fome, o mundo dos negócios e a sociedade em geral.”*

Pensa que é imprescindível incentivar, criar e formar na comunidade da Cova da Moura, empreendedores sociais, ou seja pessoas capazes de identificar problemas sociais existentes e utilizar os princípios de empreendedorismo para organizar, criar e gerir acções que promovem a transformação social. Esses empreendedores devem ser agente de mudança social, que sabe aproveitar as oportunidades locais em busca de soluções adequadas e sustentáveis capazes de criar valores sociais.

Para Rodrigues (2009) o empreendedor social traduz-se na preocupação que as pessoas têm em relação ao desenvolvimento das relações de confiança e respeito com a comunidade e consequentemente com o desenvolvimento da sua comunidade, cidade região e país. Deve-se envolver as comunidades locais num conjunto de actividades, tendo em vista o seu bem-estar e a redução de problemas sociais.

O empreendedorismo social pode ser uma forma de resolver problemas sociais a partir de proposta inovadoras que podem ser transformadas em acções concretas capazes de darem respostas aos grandes desafios locais.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho verificou-se que as questões do desenvolvimento não são estáticas, sofrem transformação em conformidade com as mudanças ocorridas na sociedade. O desenvolvimento já atingiu um grau bastante satisfatório, mas ainda há muito por fazer. A nível mundial, o grau de desenvolvimento dos países do Norte é devesa superior ao dos países do Sul, sobretudo em termos de melhorias das qualidades de vida.

A situação nos países mais pobres do mundo é bastante preocupante. Para escapar a fome e a miséria, são muitos os que tentam, diariamente, o caminho da imigração como uma via alternativa para alcançar o tão desejado bem-estar. Com efeito, a imigração cabo-verdiana tem também na sua essência a busca de melhores condições de vida.

Se é verdade que o contexto de acolhimento pode proporcionar ao imigrante melhorias de condições de vida também é verdade que a imigração pode trazer contribuições positivas para o desenvolvimento das sociedades de acolhimento, pois os imigrantes dinamizam actividades económicas, contribuem com o pagamento de impostos, proporcionam uma maior diversidade cultural e contribuem ainda para o aumento da população jovem em idade activa.

Na Europa, particularmente em Portugal, assiste-se um progressivo envelhecimento da população e, conseqüentemente, a diminuição da população activa. Os imigrantes têm contribuído muito para colmatar esta situação.

A nível local é possível verificar alguns casos bem sucedidos de iniciativas e comunhão de esforços entre os membros da comunidade imigrante que visam a superação de necessidade e resolução de problemas colectivos com impacto directo na qualidade de vida e melhoria das condições gerais de habitabilidade nos bairros onde estão inseridos.

O envolvimento e a participação dos imigrantes no processo de desenvolvimento local em Portugal têm-se verificado, sobretudo ao nível dos projectos sociais desenvolvidos em vários bairros periféricos de Lisboa. O Projecto “Sabura” é um exemplo a realçar.

Comecemos agora a apresentar os resultados dos objectivos desta investigação: Para responder o primeiro objectivo específico identificar as principais dinâmicas e actividades locais promovidas pelo Projecto “Sabura” foram identificadas actividades formativas ligadas a corte e costura, serviços domésticos; mediação sociocultural, serralharia e construção civil, mecânica, bate-chapa e reparação de electrodomésticos. Visitas guiadas também fazem parte das actividades desenvolvidas pelo projecto. As dinâmicas de animação sociocultural envolve actividades artísticas e culturais, destacam-se ateliê de pintura, workshops, danças, festas, intercâmbios e dinamização dos estabelecimentos comerciais.

Como resposta ao segundo objectivo específico: demonstrar de que forma essas dinâmicas e actividades têm contribuído para o desenvolvimento local, pode dizer-se os seguintes:

As acções formativas levadas a cabo pelo projecto contribuem para o desenvolvimento na medida em que a educação e a formação de pessoas constituem ferramentas essenciais num processo de desenvolvimento local. É de se verificar que com a intervenção do Projecto “Sabura” o número de pessoas qualificadas em termos de formação profissional e outras formações de curta duração aumentou consideravelmente.

As visitas guiadas desenvolvidas no âmbito do projecto são tidas como uma das formas de dar a população não residente (organizações, escolas, investigadores e pessoas particulares) oportunidade de conhecer mais de perto o bairro e os seus aspectos positivos. Constituem também, uma das formas de potencializar o turismo étnico na região.

Cova da Moura já recebeu visitas de personalidades e turistas nacionais e estrangeiras. É de se destacar alguns exemplos como: Embaixador de Cabo Verde em Lisboa, Presidente da Republica de Cabo Verde, Embaixador da Belga em Lisboa, Presidente da Republica Portuguesa, Primeiro-Ministro, entre outras figuras públicas e particulares.

Com essas visitas é possível despertar interesse e atrair um maior número de visitantes, podendo também trazer importantes contribuições (apoios, parcerias, etc.) para o desenvolvimento e a sustentação do projecto.

As actividades Socioculturais proporcionam momentos de convívio entre as diferentes gerações de moradores, permitindo trocas de experiências que podem ser úteis para ambos no desempenho das suas actividades. É também uma forma de valorizar os recursos endógenos e aproveitar as potencialidades de cada indivíduo em benefício da comunidade em geral.

No que toca aos intercâmbios pode ser uma forma de troca e apropriação de cultura e aquisição de novas experiências para ambos os lados envolvidos nestas actividades. É uma forma não só de divulgar o trabalho realizado mas também de abrir horizonte para um mundo mais moderno e globalizado.

Em resposta ao terceiro e último objectivo específico: estudar a forma como podem ser aproveitadas as actividades do projecto para desenvolver cada vez mais a Cova da Moura, apresentou-se as principais actividades que precisam ser melhoradas e analisou-se algumas formas que podem ajudar o projecto a ter um melhor desempenho.

Em relação as visitas, é necessário apostar mais na sua promoção, envolvendo pessoas que já visitaram o bairro (são elas as testemunhas), instituições e também o Estado. Essas

visitas devem ser promovidas, primeiramente, junto a população de Lisboa, que por sua vez pode transmitir uma boa imagem da Cova da Moura e de Lisboa em geral para além fronteiras. Já que Cova da Moura faz parte da cidade onde estes estão inseridos é certo que ficaria melhor se as pessoas das cidades vizinhas e dos outros países que visitam a capital de Portugal levassem com elas uma boa imagem desta cidade na sua totalidade.

O Projecto “Sabura” tem necessidades de parceiros como Estado e outras instituições para melhor desempenhar as suas actividades e alcançar os seus objectivos. É necessário juntar as forças e recursos com o objectivo de criar novos serviços de apoio a comunidade.

Uma outra sugestão considerada importante para melhorar ainda mais o trabalho do projecto é a promoção do empreendedorismo. Esta é tida como uma das formas de criar e formar empreendedores sociais, agentes de mudança, capazes não só de criar iniciativas de desenvolvimento em vários domínios mas também, pessoas que identificam problemas e ao mesmo tempo agem estrategicamente em busca de soluções adequados que beneficiam a população em geral.

Para analisar o objectivo geral do trabalho, verificar se o Projecto “Sabura” contribui para o desenvolvimento sócio comunitário da localidade da Cova da Moura, fez-se a comparação dos resultados com o conceito do desenvolvimento local definido por Amaro no quadro teórico, isto é os princípios considerados mais importantes: satisfação das necessidades; trabalho em parceria; participação da população; processo de transformação e mudança.

Em relação a satisfação das necessidades, as actividades do projecto de uma forma geral respondem às necessidades económicas que beneficiam os estabelecimentos comerciais e promove a imagem do bairro através das visitas feitas por parte dos turistas, instituições, estudantes e demais interessados. No entanto, as necessidades básicas da população são satisfeitas pela Associação Moinho da Juventude que ajuda o bairro no desenvolvimento da saúde, da educação, da assistência social, da integração socioprofissional, na criação de bens e serviços etc.

O trabalho em parceria revelou ter pouca mobilidade. Os parceiros do projecto são apenas os vinte e quatro estabelecimentos comerciais. Segundo o quadro teórico estudado, a parceria deve envolver várias instituições que, desde inicio, estão presentes na elaboração, implementação e avaliação de projectos ou iniciativas do desenvolvimento. Essas instituições devem trabalhar em sintonia, mobilizando recursos com vista a atingir um objectivo comum.

Em relação a participação da população nas actividades do projecto como formação, actividades culturais, intercâmbios e reuniões regista-se uma maior participação, mas há que

melhorar outros aspectos tais como, a envolvimento da comunidade na responsabilização, na assunção de compromissos comuns, na tomada de decisões em vários assuntos de interesse geral, na elaboração, implementação e avaliação de projectos de desenvolvimento, entre outros. A equipa do projecto tem trabalhado para colmatar este facto mas as respostas ainda não foram satisfatórias. Os beneficiários do projecto manifestaram que a falta de tempo dificulta-os a participar em todas as actividades do projecto.

O ponto processo de transformação e mudança, demonstra um resultado positivo, pois para além do projecto ter conseguido dinamizar a actividade comercial do bairro, contribuído também para aumentar o poder de compra e melhorar as suas condições de vida da população.

É de se destacar que antes Cova da Moura era apenas um campo de cultivo, hoje o bairro já dispõe de grande número de bens e serviços graças ao projecto e sobretudo a Associação Cultural Moinho da Juventude.

Em termos de atitudes e comportamento o salto foi qualitativo, a criminalidade, a delinquência, o tráfico de droga e outros males sociais diminuíram consideravelmente. O trabalho realizado no terreno evidenciou-se que as pessoas desenvolveram um conjunto de competências pessoais e sociais que permitiram obter uma vida individual e colectivo com mais qualidade.

Após a apresentação das respostas aos objectivos da investigação, pode dizer-se que o Projecto “Sabura” contribui para o desenvolvimento do Bairro da Cova da Moura. As iniciativas do desenvolvimento local levadas a cabo por este projecto, estão em conformidade com os quatro princípios considerados mais importantes e que devem estar presentes em qualquer iniciativa de desenvolvimento local.

No concernente ao quadro teórico, a investigação permitiu verificar a utilidade do desenvolvimento local na medida em que as componentes utilizadas permitiram uma análise mais detalhada e mais fundamentada dos aspectos que são essenciais para o bem estar da população e para o processo de mudança que visa a melhoria do bem estar.

Por outro lado, o conceito do desenvolvimento local permitiu adaptar uma metodologia de investigação que revelou muito útil e coerente para recolha e tratamento de informação.

Relativamente a sugestões de políticas do estado face ao resultado desta investigação é notável que apesar de ter feito enormes esforços no sentido de melhorar a qualidade de vida neste caso dos imigrantes cabo-verdianos, ainda há muito para se fazer. É necessário ter mais atenção à realidade social, vivida por estes e acompanhar mais de perto e com maior

frequências suas vivências para poderem conhecer a realidade desses imigrantes e consequentemente implementar medidas que visam a melhoria das suas condições de vida.

Fala-se muito de programas e projectos de qualificação e requalificação do bairro da Cova da Moura, mas nota-se que os trabalhos práticos feito no sentido de implementar essas iniciativas ainda não foram consolidados. Cova da Moura precisa de um sistema de urbanização moderno, organizado que promova a qualidade de vida através do reordenamento das áreas degradadas, construções de infra-estruturas básicas, e instalação de equipamento adequados sobretudo nos domínios da saúde, educação, desporto e cultura.

No que diz respeito a integração dos imigrantes é reconhecível que este não constitui um processo rápido e fácil. É imprescindível uma intervenção maior do estado e das instituições responsáveis no sentido de fazer com que este processo torna-se menos dolorosos.

Há necessidade de criar políticas de atribuição de nacionalidade a filhos dos cabo-verdianos que nasceram em Portugal mas que no entanto não possuem nacionalidade nem portuguesa e nem cabo-verdiana. Percebe-se que o Projecto “Sabura tem trabalhado no sentido de ajudar as pessoas a conseguirem obter a nacionalidade portuguesa e título de residências mas em relação a obtenção de documentos por parte dos que nasceram em Portugal, está aquém das suas competências.

Outros aspectos dignos de registo dizem respeito às políticas de apoio aos projectos e às iniciativas de desenvolvimento local. Verificou-se que o Projecto “Sabura” é bastante inovador e contribui fortemente para melhorar as condições de vida da comunidade beneficiada, mas carece de apoios, nomeadamente financeiros por parte de Governo e outras instituições que têm condições para responder essas necessidades.

Do mesmo modo quer se deixar também algumas sugestões para os actores do terreno, nomeadamente a equipa do Projecto “Sabura”.

Já foi dito que este projecto obedece os princípios considerados mais importantes e que devem ser contemplados nas iniciativas do desenvolvimento local, mas é importante dizer-se que os princípios de satisfação das necessidades e de parcerias ainda não atingiram um ponto desejado. Sendo assim, faz-se um apelo a referida equipa no sentido de serem mais atenciosos nos trabalhos que realizam para poderem obter um resultado mais satisfatório.

Quanto as outras investigações que este trabalho fez surgir, refere-se as seguintes. A Associação Cultural Moinho da Juventude, para além de Projecto “Sabura”, implementa também vários projectos conhecidos no decorrer desta investigação que são igualmente interessantes de serem estudados. No que diz respeito ao Projecto “Sabura” pode ser útil fazer um estudo sobre as questões de mobilização de parceria para iniciativas de desenvolvimento

local. Já que o projecto não tem muita cobertura de parceiros é conveniente estudar as formas estratégias de mobilização e sensibilização de instituições e outros organismos a serem parceiros de boas práticas do desenvolvimento local.

Existem outras Associações, designadamente Associação de Solidariedade Social do Alto Cova da Moura, Associações de moradores do Alto da Cova da Moura que também possuem uma gama de projectos e programas que visam promover o desenvolvimento local.

Para investigadores que pretendem desenvolver um trabalho relacionado com algumas dessas associações ou ligados aos projectos que desenvolvem, fica aqui esta sugestão.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- Agência para o Desenvolvimento do Alentejo Sudoeste (Coord.) (2000), *Desenvolver (des) Envolvendo- Reflexões e pistas para o desenvolvimento local*, Alentejo, ESDIME.
- Amaro, Rogério (1990), “Desenvolvimento e injustiça estrutural”, *Communio*, nº5, Setembro-Outubro, p.449-459, Lisboa
- Amaro, Rogério (2000), “O conceito de desenvolvimento local no quadro da revisão do conceito de desenvolvimento”, *Desenvolver (Des)Envolvendo-Reflexões e pistas para o desenvolvimento local*, Alentejo, ESDIME, pp.155-169.
- Amaro, Rogério (2001), “Desenvolvimento local, aproximações a conceitos”, em Leão, Laura (org) (2001), *Desenvolver, (Des)envolvendo, Reflexões e pistas para o desenvolvimento local*, Alentejo, ESDIME.
- Amaro, Rogério (2001), “O Conceito de Desenvolvimento Local”, em Leão, Laura (org) (2001), *Desenvolver, (Des)envolvendo, Reflexões e pistas para o desenvolvimento local*, Alentejo, ESDIME.
- Amaro, Rogério (2003), “Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”, *Cadernos de Estudos Africanos* 4, Lisboa, ISCTE, pp.35-70.
- Amaro Rogério (2009), “O papel dos Actores e das Comunidades Locais nos processos do Desenvolvimento e na promoção de uma economia Solidária em São Tomé e Príncipe”, em Brígida R. Brito Org. (2009), *Desenvolvimento Comunitário, das Teorias às Práticas-Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Gerpress.
- Associação Cultural Moinho da Juventude (2010), *Plano Anual de actividades*.
- Associação Cultural Moinho da Juventude (2008), *Plano Anua de actividades*.
- Associação Cultural Moinho da Juventude (2006), *Relatório das fichas da avaliação das visitas feitas no âmbito do Projecto “Sabura”, de 2004 a 2006*.
- Baganha, Maria Ioannis, João Ferrão, e Jorge Macaísta Malheiros (2002), *Os Movimentos Migratórios Externos e a Sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Batalha, Luís (2008), “Cabo-verdianos em Portugal: comunidade e identidade”, em Pedro Gois, (org.) (2008b), *Comunidades Cabo-verdiana (s): as múltiplas faces da emigração cabo-verdiana*, Lisboa: ACIDI, pp. 25 – 36.
- Bernstein, H. (1979), “Sociology of Underdevelopment v.s. Sociology of Development”, in Lehmanh, D. (1979) “Development Theory”, London: Frank Cass.

- Bruto da Costa, Alfredo e Manuel Pimenta (Coord.) (1991), *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa*, Lisboa, Centro de Reflexão Cristã.
- Campos, Luís (1994), *Desenvolvimento Local, Mercado de Trabalho e Reprodução Social: o caso do Concelho de Castelo Branco*, dissertação de Mestrado em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- Carreira, António (1984), *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, Lisboa, Ulmeiro.
- Costa, Francisco (2004) “Turismo Étnico, Cidades e Identidades: espaços multiculturais na cidade de Lisboa”, comunicação apresentada no VIII Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade de Coimbra 16,17 e 18 de Setembro, Coimbra
- Duarte, José (2008), “Estudo de Caso em Educação”, *Revista Lusófona de Educação* 2008, nº 11, 113-132.
- Fauré, Yves. (2005), *O Desenvolvimento Local no Estado do Rio de Janeiro: estudos avançados nas realidades municipais*, Rio de Janeiro, E-papers.
- Ferrão, João (1996), “A avaliação comunitária de programas regionais: aspectos de uma experiência recente”. *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa Nº22, pp. 29-41.
- Filho, João Lopes (2007), *Imigrantes em Terra de Emigrantes*, Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Fonseca, Maria (2007) “Inserção Territorial, urbanismo, desenvolvimento regional e políticas locais de atracção”, pp106-150 em António Vitorino (org.), *Imigração: oportunidade ou ameaça?* Lisboa, Fundação Caloust Gulbenkian.
- Friedmann, Jonh (1996), *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras: Celta Editora.
- Frantz, Walter (2003), *Desenvolvimento Local, associativismo e cooperação*, disponível em: www.ipd.unijui.tche.br/simposio/texto1wfrantz.doc., consultado em Julho de 2010.
- Gois, Pedro (2008a), *Emigração Cabo-verdiana para (e na) Europa e sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais*: Lisboa, Milão, Roterdão, Lisboa: ACIDI.
- Guerra, Isabel (2002), *Fundamentos e processos de uma Sociologia de Acção: O Planeamento em Ciências Sociais*, Cascais, principia.
- Guerra, Isabel (2008), “Europa e Políticas Habitacionais. Mudanças em curso”, *Cidades Comunidades e Territórios*, nº 17, Dezembro de 2008, Lisboa, ISCTE.
- Henriques, José Manuel (1990), *Municípios e Desenvolvimento, Caminhos Possíveis*, Lisboa, Escher Publicações.

- Horta, Ana (2008), *A construção da Alteridade: nacionalidade, políticas de imigração e acção colectiva migrante na sociedade portuguesa pós-colonial*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- INE - Cabo Verde (2008), *Projecto do IV Recenseamento Geral da População e da Habitação-2010*, Praia.
- JANUS - ANUÁRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (2001), *Actualidade das Migrações, a imigração para Portugal*, Lisboa, Público & Universidade Autónoma de Lisboa.
- Lopes, Policarpo (1999), *Portugal: Holograma da mobilidade Humana*, Lisboa, Editora Rei dos Livros.
- Machado, Fernando Luís (1997), "Contornos e especificidades da imigração em Portugal", *Sociologia, problemas e práticas*, 24, pp. 9-44.
- Meersschaert, Lieve *et al* (2008), «Sabura, um projecto de afirmação identitária e comunitária na Cova da Moura» in *Revista Aprender*, Direcção de Licínio Lima, n.º 8, pp. 42-46.
- Monteiro, César Augusto (1997), *Comunidade Imigrada, o caso da Itália*, Mindelo, Gráfica do Mindelo, Lda.
- Monteiro, Gizela (2008), *Empowerment: uma estratégia de luta contra a pobreza e a exclusão social em Cabo Verde - o caso de Lajedos*, Tese de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais: Análise e Gestão, Lisboa, ISCTE.
- Palma, Graça e Nelson Dias (2001), *Dar Rosto à Intervenção - Os Animadores de Desenvolvimento Local*, Faro, Associação In Loco.
- Peixoto, João (1993), "Migrações e Mobilidade: as novas formas de emigração portuguesa a partir de 1980", em Silva et al. (eds.), *Emigração/Imigração em Portugal*, Alges, Edições Fragmentos.
- Pinho, Carla (2007), *O Papel do turismo no desenvolvimento local: o caso de Óbidos*, tese de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais: Análise e Gestão, Lisboa, ISCTE.
- Pires, Rui Pena (1990), "Semi-periferia versus polarização? Os equívocos do modelo trimodal", *Revista Sociologia, problemas e práticas* n.º 8, pp 81-90.
- PNUD (1997), *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Lisboa, Trinova Editora.
- PNUD (2003), *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Queluz, Ed. Mensagem.
- RIBEIRO, J.C., VAREIRO, L. C. (2007), "Turismo e Desenvolvimento Regional: O Espaço Rural como destino turístico", *Actas do 1º Congresso Internacional – Casa Nobre, um Património para o Futuro*, Arcos de Valdevez.

- Rodrigues, António (2009), “ Empreendedorismo social, um desafio e uma oportunidade para as empresas (online), nº18, disponível em: <http://www.bcsdportugal.org/files/1765.pdf>
- Sachs, Jeffrey (2005), O Fim da Pobreza: Como consegui-lo na nossa geração, Cruz Quebrada, Casa das Letras.
- Sampaio, Jorge. (1997), “Notas de Abertura” em Pinto, J. & Dornelas A. (Orgs), *Perspectivas de Desenvolvimento do interior*, colóquio desenvolvido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade – 13/06/1997 em Idanha-a-Nova, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Saint-Maurice, Ana (1997), *Identidades reconstruídas: Cabo-Verdianos em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Santos, Augusto (1994), “Tradição, Modernidade e Desenvolvimento: Portugal na integração europeia”, *Revista crítica de Ciências Sociais*, 39, pp.147-161.
- Schiefer, Ulrich et al. (2006), *Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos*, Cascais, Principia.
- _____, Relatório Estatístico de 2003.
- _____, Relatório Estatístico de 2004.
- Semedo, Zeuga (2008), Caminhos para a inserção socioprofissional dos luso-caboverdianos em Portugal - o caso do Bairro do Alto da Cova da Moura, dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais: Análise e Gestão, Lisboa, ISCTE
- Stake, Robert (2005), *Investigación con estudio de casos*, Madrid, Morata.
- Trigo, Virgínia (2003), *Entre o Estado e o Mercado: Empreendedorismo e a Condição do Empresário na China*, Editora, Ad Litteram.
- Velez, Miguel (2001), “Das experiências ao DL como alternativa em construção” em Leão, Laura (Org) (2001), *Desenvolver, (Des)envolvendo, Reflexões e pistas para o desenvolvimento local*, Alentejo, ESDIME, pp. 137-144.
- Vidal, Angel (2005), O espaço local, um elemento chave para uma globalização mais humana, Turim: Centro Internacional de Formação da OIT. No1 (2005), p. 6-9.
- Yin, Robert (2005), *Estudo de caso: planeamento e métodos*, Porto Alegre, Bookman Companhia Editora.

Páginas consultadas na Internet

www.moinhoda juventude.pt

www.sef.pt

www.ine.cv

ANEXOS

ANEXO A



Instituto Universitário de Lisboa

Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Guião de Entrevista ao Responsável do Projecto “Sabura”

QUESTÕES

I – Caracterização do Projecto “Sabura”

- 1 - O que é o Projecto “Sabura”?
- 2- Quando foi criado e qual foi o motivo da sua criação?
- 3- Qual é o seu público-alvo e porquê?
- 4- Existe algum critério de selecção dos beneficiários? Se sim, quais e porquê?
- 5- Qual é o número de beneficiários abrangido pelo projecto? A que sectores de negócio pertencem?
- 6- Como estão distribuídos dentro do bairro (áreas de residência)? Quais as suas ilhas de origem?
- 7- Quais as formas de intervenção do projecto?
- 8- Que apoios tem?
- 9- Que recursos humanos são mobilizados?

II- As Actividades Desenvolvidas.

- 1- Quais são as actividades desenvolvidas pelo projecto?
- 2- O que se pretende com a realização dessas actividades?
- 3- Os resultados das actividades realizadas têm sido satisfatórios?
- 4- Qual é a reacção da comunidade face às actividades do projecto?
- 5- Qual é a importância das actividades do projecto para a comunidade?

6- Quais actividades que precisam ser melhoradas? O que fazer para melhorá-las?

7- Qual é a área de negócio que apresenta maior desempenho e o que deve ser feito para manter e melhorar ainda mais o seu desempenho?

III- Impacto do projecto no desenvolvimento da Cova da Moura

1- Como tem sido a participação da comunidade no projecto?

2- Como aumentar a participação da população nas actividades?

3- Considera que o projecto tem respondido as necessidades da população?

4- Que necessidades foram superadas? E quais não foram superadas e porquê?

5- Que mudanças o projecto tem provocado na vida das pessoas? Em que aspecto?

6- Em termos de capacitação das pessoas, o que tem feito?

7- Existem parcerias dentro da comunidade para o desenvolvimento do mesmo?

8- Quais os principais impactos do projecto na comunidade?

9- Como avalia as condições de vida das pessoas e da comunidade em geral antes e depois da implementação do projecto?

V- Outros

1- O que é necessário fazer para melhorar ainda mais o trabalho desenvolvido pelo projecto?

2- Quais as maiores dificuldades enfrentadas e principais conquistas conseguidas pelo Projecto “Sabura”?

3- O que se tem feito para superar as dificuldades encontradas?

4- Considera o projecto um caso de sucesso? Se sim, o que demonstra isto?

5- Quais são os desafios e perspectivas do projecto em relação ao futuro?

6- Algo mais que deseja acrescentar?

Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais.

Guião de Entrevista aos Beneficiários do Projecto “Sabura”

QUESTÕES

I – Identificação e Caracterização do entrevistado

- 1-Idade
- 2-Naturalidade/ nacionalidade
- 3-Nível de escolaridade/ formação
- 4-Profissão e anos de experiência na profissão
- 5-Área de negócio
- 6-Local de residência
- 7-Sede/local de negócio

II- As Actividades Desenvolvidas pelo Projecto “Sabura” e a sua contribuição para o Desenvolvimento.

- 1- Como conheceu o Projecto “Sabura”?
- 2- De que forma foi beneficiado pelo projecto e em quê?
- 2- Foi beneficiado por algum programa de formação ou capacitação desenvolvido pelo Projecto “Sabura”?
- 4- Alguma vez pediu ajuda ao Projecto para satisfazer as suas necessidades? Quais? Foram atendidas?
- 5- Costuma participar em algumas actividades do projecto? E nas reuniões de diagnóstico, implementação e avaliação?
- 6- Que mudança tem registado em sua vida? Teve alguma inovação no seu ramo de actividade? Em quê?
- 7- Que contribuição o projecto tem dado, no sentido de melhorar as suas condições de vida?

8- Quais principais conquistas que conseguiu através do Projecto “Sabura”?

9- Acha que o projecto tem dado alguma contribuição para o desenvolvimento da Cova da Moura? Por quê?

10- No seu ramo de actividade o projecto ajuda-lhe a estabelecer parceria com pessoas da comunidade ou instituições?

IV- Outros

1-O quê que o projecto deve fazer para ajudá-lo a melhorar cada vez mais o seu trabalho

2-Quais são os pontos positivos e negativos do projecto?

3-Como avalia o trabalho desenvolvido pelo projecto?

4- Algo mais que deseja acrescentar?

Percepção das pessoas que visitaram Cova da Moura no âmbito do Projecto “Sabura”:

(...) é interessante ver o bairro e as múltiplas actividades do moinho, ... a comunicação intercultural é muito importante para conhecer o outro para assim respeitar, saber ver também as semelhanças”.

Ellen Haex, Departamento da Antropologia da Universidade Nova de Lisboa

“ (...) Hei-de aconselhar muita gente a visitar o bairro! Continuem!”

Simão Carmo, Documentário RTP

“ (...) excelente relacionamento humano. Surpreendente a organização e acolhimento!”

Maria Miguel Silva, Ordem dos Arquitectos

“ Percebi logo que a força do amor colectivo entre pessoa de uma comunidade é que faz mover os moinhos de um nível saudável em sociedade. (...) É a cultura e a amizade que faz as pessoas respirarem, (...) Quando é que os “ poderes mais institucionais” irão perceber que os lugares se constroem com atenção e integração?”

Catarina Tropa, Estudante da Universidade de Coimbra

“ Todos os cantinhos visitados são maravilhosos, o melhor seria impossível”

Maria Deolinda Cerqueira, Conservadora do Museu Calouste Gulbenkian

“(...) boa cooperação por parte dos guias e dos habitantes do bairro, estou com ideia positiva sobre a realidade do bairro.”

Elsa Luís, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

“ (...) já cá estive varias vezes. Gente muito simpática e acolhedora (...)”

Maria Mendes, Divisão de Hospital e Realojamento da Câmara Municipal de Amadora

Mostraram-me o que eu desconhecia, mas imaginava: um bairro bonito, onde toda a gente parece feliz”.

Ana Silva, Repórter da revista Visão

“(…) Acho bastante importante as iniciativas deste género para dar a conhecer às pessoas um outro lado da vida do bairro”.

Leonardo Negrão, Repórter do Jornal Diário de Notícias

“A ideia que a maioria das pessoas tem do Bairro Cova da Moura, é sem dúvida, muito negativa. Pensando e vivendo um pouco a vivência que há no bairro e até as diferentes formas de viver no bairro, logo chega a conclusão que este bairro é um grande exemplo de bem para a comunidade (…)”

Carla Silva Câmara, Municipal de Odivelas

“Uma visão de vivência forte (…)”.

Marc Latadie, Escola de Paris la Villette de Arquitectura

"Para mim a visita teve tudo de positivo! Todas as pessoas que passamos receberam-nos com carinho e ternura, nota-se que são pessoas acolhedoras. Adorava passar um tempo aqui, pois é muito bom e aprende-se a lutar pelas coisas. O que vou levar daqui é o aspecto que as pessoas transmitem com o olhar!" **Cátia A. - 14/05/10.**

"Levo comigo uma nova imagem de um bairro muitas vezes afectado por um estigma. (...) levo comigo um belo almoço e uma vontade acrescida de trabalhar e estudar o bairro da Cova da Moura, para posteriormente intervir sobre ele." **André Nave - 15/03/10.**

"(...) As condições "escondidas" do bairro (os serviços, os espaços comunitários, as associações) que resultam de um grande esforço e vontade dos habitantes e que tornam o bairro muito mais amigável do que a ideia que as pessoas geralmente têm antes da visita..." **Joana Gomes - 24-02-2010.**

"O bairro da Cova da Moura é alegre, seguro, tem gente boa, comida boa, muita cultura e carácter!" **Teresa Fernandes - 24/02/2010.**

"Comigo levo um verdadeiro exemplo de como o trabalho/envolvimento em parceria e em rede pode promover verdadeiros e efectivos resultados, que se traduzem em ganhos a vários níveis, que fomentam a qualidade de vida das pessoas... baseado numa lógica de desenvolvimento multicultural e sustentado." **Ana Filipa Ramos - 29/01/2009.**

ANEXO C

BAIRRO COVA DA MOURA



SEDE DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL MOINHO DA JUVENTUDO



TRAVES MESTRAS DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL MOINHO DA JUVENTUDE



VISITA AO BAIRRO



VISITANTES EM CONVIVIO RESTAURANTE “COQUEIRO” COVA DA MOURA



CURSO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS

